



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Hellen Balbinotti Costa

Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019

Rio de Janeiro – RJ
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Hellen Balbinotti Costa

Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^o. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro – RJ
2020

Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019

Hellen Balbinotti Costa

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof^o. Dr Roberto Leher

Prof^a. Dra Vania Cardoso da Motta

Prof^a. Dra Larissa Dahmer Pereira

Para Mariza Rolim de Moura (*In Memoriam*),
por todo aprendizado jorrado nos caminhos por onde trilhou,
pelo prazer e privilégio dos dias vividos ao seu lado,
professora, amiga, mãe digna de dedicação.

AGRADECIMENTOS

Há muito tempo tenho ensaiado esta seção. Agradecimentos sempre me são complexos, pois sou extensa, porque aqui me permito transbordar. Os critérios não foram bem definidos como quem vem antes, depois, mais importante ou menos, não existe. Esta seção não é uma disputa de pódio na minha vida, esta seção não se dará por ordem de importância, poderia ser uma listagem em ordem alfabética, mas não soaria poético. Ser grato não é simples, é mexer em pequenos detalhes que nos passam, muitas vezes, despercebidos, mas é necessário, olhar para o processo e reconhecer.

Ignorando o trecho “esta seção não se dará por ordem de importância” sem a minha mãe eu não estaria aqui. Não porque foi ela quem me guiou nos dias mais importantes ou porque me incentivou e me apoiou sempre que eu precisei, mas porque nos permitimos conhecer uma à outra como duas mulheres, cada uma com suas experiências e a partir daí se admirar sem pacto de sangue, mas de reconhecer, principalmente nossas diferenças e, nos amar para além de uma relação biológica. Realizar um mestrado em outro estado me ensinou que são inúmeras as vezes que, na vida adulta, você vai querer chorar no colo de quem te passa a confiança que tudo, independente do que seja, vai ficar bem. Para dona Cláudia todo amor que houver nessa vida e em outras (porque sei que ela acredita!).

Se você leu a dedicatória, percebeu que esta pesquisa é dedicada a uma mulher – Mariza Rolim de Moura, uma das mulheres mais incríveis que eu conheci e pude partilhar momentos eternos. Chegou como uma sogra e se tornou um exemplo de todos os tipos de coisa que eu gostaria de ser. Dentre todas as coisas incontáveis que aprendi com ela talvez a maior tenha sido a força, olhar para dentro de mim, fixar os meus olhos nos meus e confiar em toda a minha capacidade. Sua partida foi rápida, nos pegou um pouco de surpresa, mas em nenhum de nossos últimos momentos juntas, eu deixei de expressar o quanto a amava. Meu agradecimento é por muito, em especial, por ter trazido ao mundo um companheiro que dividiu cinco anos de nossas vidas. Ao meu (ex) companheiro Mariano sou muito grata e mesmo com a possibilidade de um distanciamento muito maior que um pouco mais de mil quilômetros, nunca deixou de me incentivar. A gente se guarda no coração um do outro.

Reservei um parágrafo da minha seção de agradecimentos para quem ficou em Floripa, minha cidade natal. Eu tenho uma rede tão forte de amor que transformar em palavras é tarefa difícil demais. Sou cercada de gente querida, tenho amigas que me infinitam e voltar lá é sempre um recarregar as baterias. Mas agora tem um toque especial, antes do título de mestre em educação, recebi o título de madrinha do Dante. Das variadas sensações que conheci nos últimos dois anos, a de amar um ser humano que nem havia nascido foi a mais intensa. Laís, Thaís, Ana Clara e Ana Flávia: Somos as partes de um todo, vocês formam a minha fortaleza.

Uma pesquisadora se constrói pelos caminhos que percorre e nesses últimos dois anos tenho muito a agradecer ao Coletivo de Estudos em Educação e Marxismo – Colemarx, pelo acolhimento em uma cidade muito diferente de tudo que eu já havia vivido. Encontrei berço, criei laços e hoje tenho uma rede de carinho que o medo um dia me fez pensar que não construiria. Não há como não citar pessoas extraordinárias como a professora Vânia Motta, o Bruno G., os meus queridos Maria Carolina, Camila e Emanuel. O Grupo de Trabalho Financeirização da Educação me presenteou com as mais belas amigas (e seus babys!) e com certeza eu as levarei para a vida, sou grata a cada uma que entrou e permanece comigo. Em

especial, agradeço a Thayse, companheira de grupo de pesquisa que se tornou companheira de vida, agradeço por toda troca, por todo amor e, por tudo que vivemos.

Jamais deixar de mencionar o trabalho excepcional da secretaria do PPGE, principalmente na figura da Sol, sempre solícita às demandas estudantis, sempre sorrindo e com a missão de nos ajudar. À gestão 2018 e 2019 da Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ, meu agradecimento pela luta construída lado a lado e os grandes amigos que ali encontrei.

Sou verdadeiramente apaixonada pelo Restaurante Universitário da UFRJ, agradeço imensamente a todas as trabalhadoras e trabalhadores que compuseram as equipes, principalmente da unidade do campus Praia Vermelha, durante o meu mestrado. Um viva para a assistência estudantil!

Ao meu orientador, Roberto Leher, sou grata em detalhes. Grata pela acolhida, grata pelas sinceras indagações de “como estás?”, grata pela presença inteira nas orientações. Sou grata também pela disposição de abdicar daquilo que mais lhe satisfaz – a sala de aula – e enfrentar a árdua missão de gerir uma universidade pública. Mais grata ainda pelo seu retorno. Sabe gente que a gente admira muito e de repente tá pertinho? É isso.

Sou grata, em demasia, a Jaqueline, pelo olhar sereno e as palavras mais doces no meu momento mais caótico. “Tudo fica mais bonito quando você está por perto...”.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj pela concessão da bolsa. Em tempos de destruição da universidade pública e da concepção de ciência, se faz necessário a adesão por parte das instituições de ensino superior o apoio financeiro de outras esferas. Não é possível a realização de pesquisas sem investimento financeiro. Não é possível a realização de pesquisas comprometidas com a sociedade sem investimento financeiro, sem a concessão de bolsas, sem a valorização do estudante pesquisador enquanto trabalhador da ciência. É necessário avançarmos no debate sobre quem faz e compõe a pós-graduação no Brasil. Não há reprodução da vida no sistema capitalista sem a moeda de troca dinheiro.

Mas deixa eu te falar uma coisa?
O povo, essa massa que tu olha e não vê cara
Essa força que arre pia quando chega na central às seis da tarde
O povo foi forjado no caos

Trovoada – El Efecto

RESUMO

COSTA, Hellen Balbinotti. **Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019. Dissertação.** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta dissertação tem como objetivo investigar a migração de conglomerados educacionais para o segmento da Educação Básica. A partir da não autorização da fusão entre Kroton e Estácio, barrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e da crise do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), especialmente a partir de 2015, observamos novas estratégias mercadológicas destes grupos, e de outras grandes corporações sob o controle de fundos de investimentos, como a expansão para o segmento de educação à distância e aquisições de escolas e produtos voltados para a Educação Básica. A pesquisa colige informações – Censo da Educação Básica e Superior do INEP, Jornal Valor, Relatórios da CVM/ B³, CADE, entre outros, que comprovam que a Educação Básica tornou-se um nicho de crescimento em âmbito privado e público, através, principalmente do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). A compra da Somos Educação em abril de 2018, pela Kroton, a torna mantenedora das principais editoras beneficiadas pelo PNLD – Ática, Saraiva, Scipione. Esta aquisição pareceu ser o pontapé que colocou estes conglomerados novamente em relevo. A educação ofertada pelo setor privado não é um fenômeno novo no Brasil, porém a entrada incisiva destas corporações, com capital aberto e controladas por fundos – nacionais e/ou estrangeiros, insere no segmento formas de negociação investigadas até o momento mais fortemente no Ensino Superior privado. Bahema, Sistema Educacional Brasileiro (Seb), Kroton, Grupo Eleva e Grupo Positivo compõem este enredo demonstrando estratégias mercadológicas como a oferta de matrículas, aquisições e fusões, a venda de produtos educacionais e, atuação dos fundos envolvidos. A pesquisa comprova que as corporações iniciam um processo de concentração de grupos, segmentando o mercado, e alcançam a educação pública por meio dos chamados sistemas de ensino, apostilas e livros didáticos.

Palavras-chave: Financeirização da Educação. Educação Básica. Políticas públicas. Mercantilização da Educação.

ABSTRACT

COSTA, Hellen Balbinotti. **Financerization of Basic Education: trends between 2010-2019. Dissertation.** (Mater Degree in Education) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation aims to investigate the migration from the High Education level to Basic Education. After the Administrative Council of Economic Defense (CADE) reject the fusion between Kroton and Estácio, new market strategies were observed from both companies and other corporations under control of investment funds, such as expansion towards to distance learning segment and purchase of schools and products to Basic Education. This research include data from Census of Basic and High Education provided by INEP, Jornal Valor, reports from CVM/B³, CADE, among others, which indicated that both public and private Basic Education became the next frontier for these companies, mainly through National Program of Book and Didatic Material (PNLD). Kroton became the main maintainer of the major publishers (Ática, Saraiva, and Scipion) benefited by PNLD after incorporate the Somos Educação in April, 2018. This acquisition seemed the first step to put these companies in evidence. The Education offered by private companies in Brazil is not novel but the incisive entrance of these corporations, with open capital and holded by investment funds – national or foreing, bring new negotiation methods so far assessed deeply only for High Education. Bahema, Sistema Educacional Brasileiro (SEB), Kroton, Grupo Eleva, Grupo Positivo comprise this trail showing market strategies such as the offer of enrollment, acquisitions, fusions, sale of educations products, and the involvement of investment funds. This study demonstrate this cooperations starting a concentration process, segmenting the market, and reaching the public education through the so-called learning system, coursepacks, and textbook.

Key-words: Financerization of Education, Basic Education, Public Policies, Commodification of Education.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, FIGURAS E MAPAS

Gráfico 1 – Aquisições Educação Básica e Ensino Superior, 2009 – 2018.....	17
Quadro 1 – Levantamento bibliográfico, palavra chave “financeirização da educação”, catálogo de teses e dissertações da Capes, 2018.....	22
Tabela 1 – Jornais selecionados, 2018.....	24
Quadro 2 – Levantamento de reportagens, educação básica, 2018	25
Tabela 2 – Grupos educacionais selecionados, 2018.....	27
Tabela 3 – Matrículas e estabelecimentos, educação básica, público e privado, 2010 – 2018.....	36
Gráficos 2 e 3 – Quantidade de matrículas e estabelecimentos de ensino por categoria administrativa, 2019.....	37
Gráfico 4 – Estabelecimentos de ensino pertencentes à categoria privada, 2019 (mil).....	37
Tabela 4 – Quantidade de escolas privadas particulares (com fins lucrativos) de educação básica, 2018.....	38
Tabela 5 – Estabelecimentos da educação básica, por dependência administrativa e região geográfica, 2018*.....	39
Tabela 6 – Matrículas da educação básica, por dependência administrativa e região geográfica, 2018*.....	39
Figura 1 - Principais grupos empresariais da educação básica no Brasil, 2019	46
Tabela 7 - Relação de alunos e unidades educacionais Somos Educação, 3T18.....	49
Tabela 8 – Estimativa de valores envolvendo aquisições no segmento da educação básica, 2019.....	51
Mapa 1 – Presença territorial dos cinco grupos investigados (Bahema, Eleva, Positivo, Saber, SEB), 2020.....	58

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

- CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CEFIC – Centro de Formação Integral da Criança – CEFIC
- CEO – Chief Executive Officer
- COLEMARX – Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação
- EC – Ementa Constitucional
- ECSA – Escola Chave do Saber
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FIES – Programa de Financiamento Estudantil
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MDE – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
- OLEM – O Líder em Mim
- PAR – Plataforma Educacional
- PIBIC – Programa de Iniciação à Pesquisa Científica
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático
- PROUNI – Programa Universidade para Todos
- SEB – Sistema Brasileiro de Ensino
- SPE – Sistema Privado de Ensino
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	23
2.1 Objetivo geral	23
2.2 Objetivos específicos	23
3 METODOLOGIA	24
CAPÍTULO 1 – A educação básica no Brasil: uma lacuna em cada legislação	31
CAPÍTULO 2 – Foi dada a largada para o nicho da educação básica	43
CAPÍTULO 3 – Uma educação mercadorizada	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
4 REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Em 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) rejeitou as fusões entre as maiores organizações privadas de ensino superior do Brasil, a Kroton Educacional e a Estácio de Sá, restringindo assim o avanço da monopolização da educação no país. Após a negativa, a Kroton anunciou novas estratégias empresariais: a) ampliação da oferta de cursos de graduação à distância e semipresenciais e b) a entrada agressiva do grupo no setor de ‘negócios’ da educação básica. Em abril do ano seguinte, comprou a Somos Educação, considerada a gigante no segmento da educação básica, por R\$ 4,57 bilhões (KOIKE; VALENTI; VALOR, 2018), conforme apresentado adiante no capítulo dois, com detalhes das demais aquisições realizadas pela Kroton.

A presente dissertação tem como problemática justamente a investigação das mudanças no ‘mercado’ de educação básica, sobretudo (mas não exclusivamente) por corporações com ações na bolsa de valores. O que nos chama a atenção, em especial, é o caráter de atuação desse setor privado no mercado educacional: protagonizado por grupos empresariais e controlados por *fundos de investimentos*¹. A presença do setor privado na educação básica como proprietários de escolas particulares ou ofertando cursos profissionais como o Sistema S não é um elemento novo na história da educação brasileira. Porém, esse novo tipo de empreendimento na educação, que reúne grupos empresariais e investidores nacionais e/ou estrangeiros, está inserido em novos ambientes de negócios forjados pelo processo de acumulação do capital, sob dominância financeira. Essas novas determinações precisam ser investigadas para melhor compreensão do conjunto da educação no país, alcançando, como a pesquisa pretende explicar, as políticas públicas de educação e seus projetos político-pedagógicos.

Diante dos desdobramentos, a presente pesquisa se propõe a mapear e analisar a expansão do nicho de mercado destes grupos educacionais através de suas aquisições. O cerne da pesquisa parte de um fenômeno contemporâneo presente no mercado educacional brasileiro: a financeirização da educação. Processo que tem sua ascensão no segmento do ensino superior, porém, conforme dados preliminares levantados, indicam sua inclinação progressiva – e avassaladora, para o segmento da educação básica.

¹ Os fundos de investimentos, ou *private equity*, são uma forma de aplicação financeira formada por investidores, nacionais e internacionais, que possuem como foco a rentabilidade. Sendo regulamentados pela Instrução 391 de 2003 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, os fundos, não se resumem ao aporte de capital, possuindo também participação no processo decisório da companhia investida (CVM, 2003).

Neste estudo olharemos principalmente para as principais empresas de capital aberto², mas também para empresas que não possuem capital aberto e, ainda assim possuem a presença dos fundos de investimentos. Não há como avançar no conhecimento das mudanças em curso no chamado mercado educacional sem colocar em relevo o papel dos fundos de nesse processo, já que a sua atuação fornece pistas sobre o significado do investimento de grupos empresariais na educação básica. Portanto, é necessário considerarmos na análise o que são os fundos de investimento, especialmente, um tipo específico de fundo: *private equity* (titulação em inglês). Na modalidade *private equity* os investidores adquirem participação em empresas já existentes e desenvolvidas, assim o lucro é obtido na operação do negócio e, principalmente na venda, o chamado desinvestimento, desse modo:

É importante sublinhar que esses investidores passam a possuir títulos de propriedade que funcionam, fundamentalmente, como ativos financeiros e, portanto, como títulos com rentabilidade balizada pelos demais títulos em circulação no mercado, exigindo, assim, alto retorno financeiro e elevada distribuição de dividendos. O foco não é o controle total da empresa, pois isso aumentaria os riscos e dilataria a temporalidade, mas o controle do poder de decisão nos Conselhos de Administração pelo operador que atua em nome dos acionistas participantes do “Private Equity” (LEHER, 2018, p. 23).

No Brasil, foi a partir de 2008 que surgiram os primeiros casos de controle por fundos de organizações atuando na educação. Nessa época, o foco era o Ensino Superior privado, que, até 2015, foi objeto de intensas aquisições e fusões.

A década de 1990 ficou marcada pelas grandes mudanças na economia brasileira. Estava em curso a consolidação da mudança no sistema de acumulação, outrora baseado na industrialização por substituição de importações, que Saad e Morais (2018) denominaram como “sistema de acumulação neoliberal baseado na financeirização, em um novo papel econômico do Estado e na integração mais próxima da indústria e do setor financeiro brasileiros ao capital transnacional” (SAAD; MORAIS, 2018, p. 67). Esta nova estruturação da economia incluiu a fusão de capitais nacionais e estrangeiros, conformando nas empresas um padrão subordinado aos imperativos de cada conglomerado, ignorando as necessidades da economia do país.

A financeirização em si é vista como a mercadorização do próprio dinheiro, ou seja, vende-se dinheiro para gerar ‘mais dinheiro’. Como expressão atual do modo de produção

² Empresa de capital aberto é uma organização mercantil com fins lucrativos, regida por leis e usos do comércio. Também denominada “companhia” ou “sociedade anônima”, ela é dividida por ações (títulos), que correspondem a parcelas de empresas negociadas na bolsa de valores: Lei 6.404/1976 (BRASIL, 1976).

capitalista, o processo de financeirização gera a expansão do capital monetário e concentração de recursos, se intensificando ao longo das últimas décadas. Processo contemporâneo que se apresenta em escala global, na forma capital comércio de dinheiro, portanto, sistêmica e, marcada pela lógica fetichizadora (como se a reprodução prescindisse do processo de mais-valor), o que é peculiar no que tange o campo educacional.

Segundo Bastos (2013), o setor educacional exige pouco tempo de maturação e amortização do capital, trazendo retornos rápidos.

[...] por tratar-se de um setor de serviços intensivo em mão-de-obra e construções simples, a escala de oferta é variável e rapidamente adequada a variações da demanda. Sistemas informatizados e “pacotes” educacionais padronizados geram ganhos de escala que barateiam a oferta do serviço, independentemente de sua qualidade (BASTOS, 2013, p. 17).

A partir do processo de financeirização, como fenômeno econômico em escala mundial, paulatinamente esse movimento foi se inserindo no campo da educação, sobretudo e primeiramente no ensino superior.

Tal inserção se deu através de induções diretas ou indiretamente advindas do Estado brasileiro, principalmente no repasse de verbas públicas para corporações através de programas direcionados para o acesso ao ensino superior, como o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Para se ter ideia, em 2016 o Fies custou R\$ 20 bilhões ao Estado enquanto o orçamento de custeio e investimento nas 63 universidades federais brasileiras foi da ordem de R\$ 6 bilhões (LEHER, 2018, p. 68), o que demonstra nitidamente que é uma questão de escolha de gasto por parte do governo. Ademais, estes programas cresceram com base na apropriação de pautas sociais legítimas, como o direito à educação superior pública. As bases da monopolização só puderam concretizar-se de forma articulada ao Estado, em benefício das organizações educacionais privadas vinculadas aos fundos de investimentos.

Os indícios constatados no ensino superior nos levam a inquietude de pesquisadores quando identificamos os mesmos grupos adquirindo marcas e escolas no segmento da educação básica. O caminho percorrido até aqui, tem nos levado a aprofundar cada vez mais as investigações em torno do tema. É importante salientar que por se tratar de um estudo pioneiro³ e de um fenômeno do tempo presente, as estratégias metodológicas são múltiplas conforme as necessidades suscitadas ao longo da investigação.

³ Tal indicação foi constatada a partir do levantamento de dissertações e teses desenvolvidas no país com essa temática, apresentado no Quadro 1, p. 22.

O estudo está ancorado em pesquisas anteriores, como a de iniciação científica – *Política de formação docente no Governo Lula (2002-2010): o fenômeno da financeirização na Educação Superior* (COSTA, 2017a), bem como a monografia intitulada *Financeirização e o Negócio Da Formação Docente* (COSTA, 2017b) desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Dialoga também com estudos da área como *Os fundos de investimentos e movimento do capital no ensino superior: mercantilização de novo tipo?* (TAVARES, 2014); *A mercantilização de novo tipo: uma análise do processo de consolidação da Kroton* (SILVA, 2017); *Educação sob controle do capital financeiro: o caso do Programa Nacional do Livro Didático* (PINHEIRO, 2014); *Grupos empresariais de capital aberto e seus conflitos: o trabalho docente no ensino superior mercantil brasileiro* (GOMES, 2019) todos derivados do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mais especificamente no Grupo de Trabalho Financeirização referenciado na pesquisa coordenada por Roberto Leher “Financeirização da educação, Educação superior, Fundos de investimentos e Monopolização do setor privado” (FAPERJ, CNPq) que objetiva compreender e investigar as diversas questões envolvidas ao tema da financeirização da educação e os seus desdobramentos.

Os problemas que instigam esta pesquisa é mapear a presença dos grupos empresariais no mercado educacional, no segmento da educação básica, procurando identificar os grupos mais relevantes, no tocante a sua amplitude de investimento e presença territorial. A investigação busca compreender quais e como estão sendo colocadas em prática as estratégias mercadológicas no que tange o nicho educacional (oferta de matrículas, aquisição de escolas, fusões, plataformas, tecnologias), bem como, a atuação dos fundos de investimentos envolvidos.

Problemática da pesquisa

Partimos de alguns questionamentos: desde quando e como tem ocorrido esse tipo de mercado no campo educacional? Quem são os grupos empresariais que apresentam essa característica mercantil? Como atuam? Esse movimento pode influenciar na configuração das políticas públicas da educação básica brasileira, sobretudo pela expansão desse mercado e pelas formas típicas de negociações em bolsa de valores?

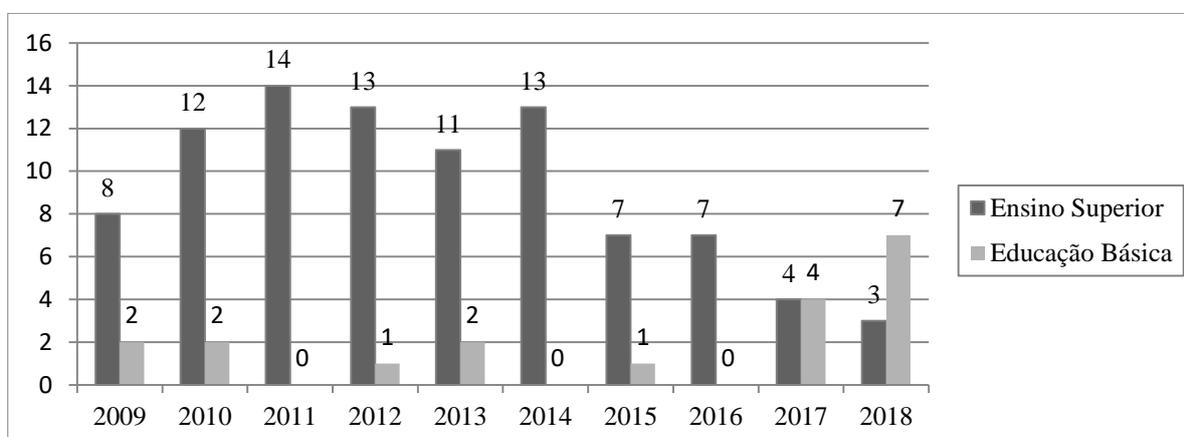
Investigar a financeirização da educação básica parte de estudos sobre esse fenômeno iniciado no ensino superior e, portanto, com um novo redirecionamento para a educação básica com destaque para a maior organização educacional – do Brasil e do mundo – a Kroton Educacional que se destacou pela concentração de 350 mil matrículas em uma única marca, a Universidade Norte do Paraná – Unopar, sendo 95% destes na modalidade EaD, ocupando o topo do *ranking* de matrículas entre mantenedoras da categoria administrativa com fins lucrativos no país (COSTA, 2017).

O Censo da Educação superior (INEP, 2018), coligido em 2018, comprova a monopolização do setor privado quando 75% (6.241.307) das matrículas estão sob responsabilidade desse setor e, apenas 25% (2.045.356) distribuídas no setor público (federal, estadual, municipal). Nitidamente uma hegemonia privado-mercantil consolidada no ensino superior.

Ao fundo desse cenário, destacamos a forte participação e ação do Estado em prol do crescimento destes grupos através do incentivo de programas que incidem na indução de verba estatal direcionada aos grupos, em benefício dos mesmos. Chegamos ao ponto de denominar determinadas empresas como “gigantes da educação”, um retrato grosseiro dessa monopolização, sem colocar em cheque a qualidade e condições de estudo e de trabalho nestes ambientes.

O acompanhamento das aquisições no setor privado nos deram subsídios para investigar a nossa hipótese de migração dos grupos empresariais do ensino superior para a educação básica. No Gráfico 1 fica mais evidente o movimento de aquisições nos dois setores – superior e básico, com acentuação na educação básica em 2018:

Gráfico 1 – Aquisições Educação Básica e Ensino Superior, 2009 – 2018



Elaboração própria.

Fonte: Levantamento de reportagens diversas.

Com essa premissa de migração para a educação básica, optamos por focar a investigação neste segmento que se mostra de maneira mais incisiva do que o ensino superior que possui uma estabilidade derivada dos últimos anos. Embora, ambos os segmentos estejam interligados a partir do domínio dos grupos empresariais e dos fundos de investimento de modo que, alguns destes mesmos grupos, estão investindo fortemente neste “novo nicho”.

Um ponto a considerar remete às novas modificações nos termos do Fies, principalmente no que diz respeito ao limite de vagas à juros zero e o fim da carência de dezoito meses para o início do pagamento para o pagamento imediato ao fim do curso.

Estas mudanças culminaram em uma “crise” do programa fazendo diminuir drasticamente os contratos firmados e, possivelmente o alcance do seu esgotamento; outro ponto foi a recusa do Cade no parecer referente à aquisição da Estácio de Sá pela Kroton, evitando a maior monopolização da história e levando a Kroton a adquirir escolas no segmento básico.

Vale indicar que o mercado de escolas privadas de educação básica existe devidamente regulamentado em lei, todavia a novidade nesse processo é o movimento realizado por grupos do setor empresarial atuantes no ensino superior atuando na educação básica. Nossa hipótese parte da concepção que está em curso perante o esgotamento desse mercado (ensino superior), portanto surge a necessidade de migrar para outro mercado onde exista a possibilidade de expansão em outro nível de ensino, com a conciliação e papel fundamental que o Estado tem se colocado nesse processo. A financeirização da educação, em seus diversos níveis, não seria possível, sem a imprescindível indução de verba estatal.

Com diversas frentes de investimento protagonizadas por estas organizações educacionais privadas, o mercado da educação básica permite uma gama de serviços desde a oferta de matrículas até os materiais pedagógicos (sistemas privados de ensino – SPE). Em estudo realizado pela professora Adrião (2015), foi investigada a atuação de determinados grupos na educação pública brasileira através da venda destes serviços, principalmente dos SPE. Dos cinco grupos pesquisados, três eram de capital aberto em bolsa de valores. A pesquisa descreve o caminho que estas empresas cursaram para conseguir atuar diretamente em prefeituras municipais utilizando de programa do governo, por isso com indução de verba pública. Estas empresas se beneficiam através do fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE), o qual as prefeituras têm total autonomia para utilizar da forma que acharem necessário. Estas mesmas empresas também participam de editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), desse modo duplicando os gastos muitas vezes com o mesmo produto (livros didáticos/apostilas).

Diante do exposto, visualizamos que esse é um fenômeno relevante no campo de educação e que tem assumido proporções crescentes na educação básica, possuindo possibilidade de intensificação nos próximos anos, o que motivou o desenvolvimento desta análise. Assim, a pesquisa pretende identificar como estes grupos empresariais estão se inserindo no segmento básico a partir da construção de um mapeamento. Objetivamente mostrando como está configurado este mercado desde sua composição territorial perpassando pelas estratégias de mercado, negociações e etc.

A mercantilização do serviço educação pressupõe o desejo por esta mercadoria, mas com a peculiaridade de um retorno futuro, esse processo ofusca a condição de mercadoria interferindo na subjetividade do desejo por uma educação de qualidade, uma educação “verdadeiramente” compromissada com a sociedade. Cabe considerarmos o trabalho de marketing que é fortemente investido por estas empresas.

A lapidação das capacidades socioemocionais ganha destaque através de plataformas voltadas exclusivamente para este tema. O Grupo Eleva possui um programa chamado “Laboratório Inteligência de Vida – LIV” que consiste em orientar as emoções para os desafios do século XXI. No mesmo viés, o Grupo Positivo oferece o “Projeto de Formação Humana”, com objetivo de empreender a própria vida.

Justificativa

Primeiramente, apresentando um pouco da trajetória acadêmica que motivou o desenvolvimento desta pesquisa, o interesse pela temática da financeirização iniciou durante a graduação no curso de Pedagogia. A experiência como bolsista no Programa de Iniciação à Pesquisa Científica (PIBIC)⁴ me proporcionou conhecer o fenômeno da financeirização enquanto processo global, afunilando o mesmo para o campo educacional, o que originou a monografia intitulada *Financeirização e o Negócio Da Formação Docente* (COSTA, 2017b). Porém, findada a graduação, meus questionamentos acerca da financeirização e como ela vem se desenrolando na educação se ramificaram.

Como professora formada e interessada no que diz respeito à formação de professores no Brasil, me vi diante de uma problemática complexa e importante a ser estudada, pois no decorrer dos primeiros estudos, a partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior

⁴ Relatório Final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Pesquisa Científica PIBIC/CNPq: Política de formação docente no Governo Lula (2002-2010): o fenômeno da financeirização na Educação Superior (COSTA, 2017).

do INEP, constatei que o professorado está sendo formado massivamente por empresas privadas no formato da educação à distância (COSTA, 2017).

A partir do processo de financeirização, enquanto fenômeno econômico em escala mundial, paulatinamente esse movimento foi se inserindo no campo da educação, sobretudo e primeiramente no ensino superior.

Tal inserção se deu através de induções diretas ou indiretamente advindas do estado brasileiro, principalmente por programas direcionados para o acesso ao ensino superior, como o Fies e o ProUni. Observamos então, o envolvimento de fundo público no setor privado, mas através da apropriação de pautas sociais, como o direito à educação. Assim, de forma articulada ao Estado, se construiu uma base sólida para que organizações privadas educacionais fossem beneficiadas por programas de governo.

Observando o processo de financeirização no ensino superior, setor onde a financeirização é mais apurada, consideramos que sua análise contribui para compreender o que pode ocorrer na educação básica. De acordo com o último Censo da Educação Superior (INEP, 2018), as organizações privadas possuem 75% (6.241.307) das matrículas, enquanto que o setor público (federal, estadual, municipal) corresponde a apenas 25% (2.045.356) do total. Desse modo, os dados evidenciam a hegemonia do setor privado no Ensino Superior.

Nesse processo de ampliação do mercado educacional em nível superior, é importante destacarmos o incentivo de programas de governo com indução de verba direta para grupos empresariais, beneficiando o crescimento de organizações privadas. Esses grupos tiveram tanto destaque recentemente no mercado que foram intitulados pelas mídias de “gigantes da educação”, retrato da monopolização do mercado de ensino superior; sendo alguns vistos como referências nos assuntos do campo educacional.

Uma organização relevante nesse cenário, como pode ser constatada nos dados anteriores, foi a Kroton Educacional, que se tornou a maior empresa do ramo em número de matrículas e valores em transações. Com destaque para uma de suas principais marcas – a Universidade Norte do Paraná – com concentração de 350 mil matrículas, sendo 95% na modalidade EaD, ela está no topo do *ranking* de matrículas entre mantenedoras na categoria administrativa com fins lucrativos no país (COSTA, 2017).

Diante do exposto e das pesquisas preliminares, dois acontecimentos reorientaram nossa atenção para um novo movimento na esfera da financeirização da educação na educação básica, o que justifica a opção em focalizar esse segmento ao longo do mestrado, não continuando os estudos sobre o ensino superior, embora ambos estejam interligados a partir do domínio dos grupos empresariais e dos fundos de investimento O primeiro remete às

novas modificações nos termos do Fies, o que fez diminuir a quantidade de contratos e o alcance do esgotamento do programa; o segundo acontecimento foi a recusa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no parecer referente à aquisição da Estácio de Sá pela Kroton. Diante dessa recusa e da diminuição de contratos (Fies), a Kroton negociou a aquisição de sua primeira escola de educação básica com a compra do Centro Educacional Leonardo da Vinci, em Vitória (ES) e, em seguida, a aquisição da Somos Educação, o que deu forte significado a este movimento.

Com diversas frentes de investimento protagonizadas por estas empresas, o mercado da educação básica permite uma gama de serviços desde as próprias matrículas até os sistemas privados de ensino (SPE). Estudo recente (ADRIÃO, 2015) analisou a atuação de alguns grupos na educação pública brasileira através da venda destes serviços, principalmente dos SPE. Dos cinco grupos pesquisados, três eram de capital aberto em bolsa de valores. A pesquisa descreve o caminho que estas empresas cursaram para conseguir atuar diretamente em prefeituras municipais utilizando de programa do governo, por isso com indução de verba pública. Estas empresas se beneficiam através do fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE), o qual as prefeituras têm total autonomia para utilizar da forma que acharem necessário. Estas mesmas empresas também participam de editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), desse modo duplicando os gastos muitas vezes com o mesmo produto (livros didáticos/apostilas).

Por isso, visualizamos que esse é um fenômeno relevante no campo de educação e que tem assumido proporções crescentes na educação básica, possuindo possibilidade de intensificação nos próximos anos, o que motivou o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, a pesquisa pretende identificar como estes grupos empresariais estão se inserindo na educação básica a partir da construção de uma cartografia. Objetivamente mostrando como está configurado este mercado desde sua composição territorial perpassando pelas estratégias de mercado, negociações e etc.

Além da motivação da proporção que a financeirização tem assumido na educação básica, o estudo também tem sido construído com essa abordagem justamente por não existir no país uma análise desse teor, sobretudo por se tratar de um fenômeno muito recente, como demonstra o levantamento bibliográfico a seguir:

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico, palavra chave “financeirização da educação”, catálogo de teses e dissertações da Capes, 2018

Título	Autor	Ano	Programa/ Universidade	Orientador
Dissertações				
Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público.	Lucas Bressan de Andrade	2018	PPGDE/ UNICAMP	Guilherme Santos Mello
Financeirização da educação superior brasileira: o caso do grupo Kroton	Carla Zanata Soares	2018	PPGE/ UFSC	Marcos Edgar Bassi
O processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: uma proposta de análise crítica sobre a expansão da Kroton educacional	Rodrigo Medeiros da Silva	2017	PPGE/ UFRJ	Roberto Leher
Financeirização do ensino superior privado no governo de Dilma Rousseff	Cristiane da Costa Lopes Roma	2014	PPSS/ UFRJ	Sara Granemann
Fundos de investimentos e o movimento do capital na Educação Superior privada? Mercantilização de novo tipo?	Pedro Henrique de Souza Tavares	2014	PPGE/ UFRJ	Roberto Leher
Teses				
Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais	João Ribeiro dos Santos Filho	2016	PPGE/ UFPA	Vera Lúcia Jacob Chaves
A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do espírito santo	Charlini Contarato Sebim	2014	PPGE/ UFES	Gilda Cardoso de Araujo

Elaboração própria.

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (Capes).

Nota metodológica: Para o levantamento foi utilizado a palavra-chave “financeirização da educação”.

Como quadro elenca, no total foram localizadas 7 produções, sendo 5 dissertações e 2 teses, todas elaboradas nos últimos quatro anos, sendo desenvolvidas em programas de pós-graduação em educação (5), economia (1) e serviço social (1). As produções expostas acima se detêm ao lócus do ensino superior, algumas citam a educação básica, mas não a colocam no cerne da pesquisa.

Por fim, considerando os estudos acerca da monopolização do ensino superior privado e observando um movimento muito parecido na educação básica, pelos mesmos grupos empresariais nos motiva pesquisar a construção desse cenário. A reduzida quantidade de pesquisas, até o momento, com foco na financeirização da educação básica, nos mostra a necessidade de entrar nesse campo e também a responsabilidade do pioneirismo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Realizar um mapeamento da atuação dos grupos empresariais presentes na educação básica, particularmente os que possuem controle de fundos de investimentos, rastreando sua proporção no mercado através da quantidade de matrículas, distribuição geográfica e participação no processo de monopolização por meio de aquisições/venda de organizações de ensino. Compõe o objetivo geral a investigação de estratégias empresariais de ampliação do rol de atuação das corporações – alcançando a educação básica pública –, por meio de apostilas, plataformas e sistemas de ensino. Como parte do problema, o objetivo geral contempla a investigação da existência de financiamento público.

2.2 Objetivos específicos

Realizar a revisão de literatura com a palavra-chave financeirização da educação;

Definir e sistematizar conceitos e categorias que permitam construir, fundamentar e explicar o objeto: financeirização de novo tipo; empresariamento de novo tipo;

Levantar os dados existentes sobre a composição e abrangência da educação básica no Brasil, privada e pública, para formular um panorama desse segmento de ensino, por meio dos microdados do Censo Escolar do Inep;

Apurar em sítios eletrônicos de jornais dedicados ao mercado educacional e em instituições de pesquisa econômica, bem como nos relatórios e balanços contábeis das empresas selecionando informações financeiras e dados estatísticos sobre número de matrículas, quantidade de escolas e marcas associadas;

Acompanhar e analisar as movimentações realizadas pelos grupos selecionados: aquisições, fusões e vendas de organizações de ensino; produtos comercializados; financiamentos públicos;

Mapear – territorializando – os grupos empresariais mais atuantes na educação básica brasileira;

Analisar, a partir da problemática da pesquisa, as formas de atuação destes grupos na educação brasileira.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta investigação debruçou-se no modelo de pesquisa documental com o objetivo maior e principal de construir um mapeamento apontando os principais grupos empresariais atuantes na educação básica brasileira.

A base empírica desta investigação tem como âmbito a composição e abrangência da educação básica brasileira (em âmbitos público e privado), por intermédio dos microdados do Censo Escolar, coligidos anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep). A investigação abrangeu o acompanhamento dos endereços eletrônicos de jornais dedicados ao mercado educacional, bem como os relatórios e balanços contábeis dos grupos empresariais selecionados. Entre os jornais considerados, cabe colocar em relevância o jornal Valor. Foram selecionados para análise os principais grupos educacionais (número de matrículas, estabelecimentos e faturamento) atuantes na educação básica. A análise do movimento de aquisição, fusão e venda de serviços educacionais também é imprescindível para esta pesquisa, visto a valorização desse nicho e capital investido, o que foi feito por meio de jornais especializados, relatórios dos grupos e de documentos do CADE.

A partir do acompanhamento do movimento de aquisições e fusões realizadas na última década (2009/2019) e, reportagens que focalizaram estas transações, principalmente no último ano (2018/2019) – posterior à restrição do monopólio entre Kroton e Estácio. Abaixo os principais jornais eletrônicos consultados:

Tabela 1 – Jornais selecionados, 2018

Jornais	Endereços Eletrônicos
Valor Econômico	valor.com.br
Estadão	estadao.com.br
Exame	exame.abril.com.br

Elaboração própria.

Fonte: Valor (2019), Estadão (2019) e Exame (2019).

A intensificação da financeirização da educação básica é um fenômeno recente no país, embora já esteja acentuada no ensino superior. Por conta disso, não existem pesquisas sistemáticas que abordem esse assunto a partir do prisma adotado no presente estudo, da mesma maneira que não existe uma fonte única na qual os dados estejam disponibilizados, o que tem condicionado a criação de diferentes frentes de pesquisa.

Como exposto no quadro 1, apenas no terceiro trimestre de 2018 foram encontradas catorze (14) reportagens envolvendo aquisição, expansão e abertura de capital na educação básica, contabilizamos também duas (2) reportagens do decorrer de 2019, envolvendo a compra do Sistema Positivo de Ensino e a expansão das marcas da Bahema. A Kroton, líder no ensino superior, destaca-se principalmente nas aquisições de escolas e de serviços. Todavia, a atuação das organizações privadas na educação básica tem ocorrido na oferta de outros tipos de mercadoria, seja em escolas particulares, seja no setor público, como a venda de sistemas privados de ensino.

Quadro 2 – Levantamento de reportagens, educação básica, 2019

Ano	Grupo	Título	Categoria	Mídia	Link
2018	Kroton	Kroton faz aquisição no ES, a primeira no ensino básico	Aquisição	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5443805/kroton-faz-aquisicao-no-es-primeira-no-ensino-basico
2018	Kroton	Kroton fecha a compra da Somos Educação por R\$ 4,57 bilhões	Aquisição 4,57 bilhões	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5474105/kroton-fecha-compra-da-somos-educacao-por-r-457-bilhoes
2018	SEB	SEB amplia negócio de escola bilíngue	Expansão	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5790185/seb-amplia-negocio-de-escola-bilingue
2018	Kroton	Após aquisição da Somos, Kroton define estratégias para educação básica	Expansão	Investing.com	https://m.br.investing.com/news/mercado-de-a%C3%A7%C3%B5es-e-financeiro/apos-aquisicao-da-somos-kroton-define-estrategias-para-educacao-basica-585710
2018	Lemann	Eleva, de Lemann, aposta em colégio de abrangência nacional	Expansão	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5572977/eleva-de-lemann-aposta-em-colegio-de-abrangencia-nacional
2018	Kroton	Kroton pede abertura de capital da Saber	Abertura de Capital	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5593689/kroton-pede-abertura-de-capital-da-saber
2018	Kroton, Estácio, Ânima	Conglomerados do Ensino Superior avançam sobre a Educação Básica	Expansão	Folha de S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml
2018	Somos	Somos Educação adquire escola Santi, em São Paulo	Aquisição 35 milhões	Exame	https://exame.abril.com.br/negocios/somos-educacao-adquire-escola-santi-em-sao-paulo/
2018	SEB	Grupo SEB aposta em braço de negócios de escolas a preços acessíveis	Expansão	Estadão	https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/grupo-seb-aposta-em-braco-de-negocios-de-escolas-a-precos-acessiveis/
2018	Somos Educação	Somos Educação compra Colégio do Salvador, em Aracaju	Aquisição 35 milhões	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5708067/somos-educacao-compra-colegio-do-salvador-em-aracaju
2018	Positivo	Positivo põe à venda ativos de educação	Expansão	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5708575/positivo-poe-venda-ativos-de-educacao
2018	Kroton	Saber conclui compra de colégio na região norte	Aquisição	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5877063/saber-conclui-compra-de-colegio-na-regiao-norte

2018	Kroton	Kroton fará mais aquisições em 2019	Expansão	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5927293/kroton-fara-mais-aquisicoes-em-2019
2018	Kroton	Kroton lançará OPA para fechar capital da Somos até início de novembro	Oferta Pública (OPA)	Jornal Valor Econômico	https://www.valor.com.br/empresas/5925225/kroton-lancara-opa-para-fechar-capital-da-somos-ate-inicio-de-novembro
2019	Arco Educação	Arco Educação compra Sistema Positivo de Ensino	Aquisição 1,65 bilhão de reais	Exame	https://exame.abril.com.br/negocios/arco-educacao-compra-sistema-positivo-de-ensino/
2019	Bahema	O que a compra do colégio Apoio revela sobre os rumos da educação pública	Aquisição 15,7 milhões de reais	Marco Zero Conteúdo	http://marcozero.org/o-que-a-compra-do-colegio-apoio-revela-sobre-os-rumos-da-educacao-publica/

Elaboração própria.

Fonte: Valor (2019), Investing (2019), Folha (2019).

A primeira etapa desta pesquisa foi aprofundar o conhecimento sobre a educação básica no país, colocando em relevo as informações pertinentes a este estudo. Para tanto, buscamos como ferramenta imprescindível em nossa análise, o Censo Escolar que corresponde à Educação Básica. O Censo é um levantamento realizado anualmente pelo Inep que reúne informações de todos os estabelecimentos de ensino, matrículas, docentes e turmas. Esta coleta tem por finalidade fornecer estatísticas e avaliações que irão contribuir para a formulação de políticas que visem a melhoria da educação no país (INEP, 2019).

Importa-nos aqui averiguar e compreender o panorama desse segmento no que diz respeito a: i) quantidade de matrículas e escolas; ii) distribuição entre os setores público e privado; iii) a existência de mantenedoras – no Censo, é indicado apenas se a escola privada possui mantenedora, demais informações acerca da mantenedora é necessário uma outra etapa de investigação.

Para a abertura destes dados, foi realizada a análise dos bancos das escolas e das matrículas – cinco bancos divididos por região, através do IBM SPSS Statistics, um *software* de estatística utilizado para acessar as informações fornecidas no formato que o Inep disponibiliza. Por se tratar de um banco bastante denso e numeroso, realizamos um refinamento em nossas buscas para obter e reunir apenas as informações relevantes para esta pesquisa.

Com esse objetivo, pesquisas próximas ao tema da financeirização foram consultadas, no intuito de reunir materiais que colaborem com a análise em curso. As pesquisas utilizadas nessa etapa estão elencadas no quadro 1 (ver p. 15) e foram selecionadas a partir do levantamento do banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (Capes) através da palavra-chave “financeirização da educação”.

Ou seja, até aqui, a proposta é traçar um panorama da educação básica com o auxílio do Censo Escolar, e em seguida utilizar as pesquisas acadêmicas já desenvolvidas no país, procedimento interessante para situar o estudo e dialogar com as produções existentes, sobretudo dando ênfase nas informações sobre os grupos empresariais que estão investindo na educação básica. Então, a partir disso, começará uma etapa mais específica, que será voltada para definição e investigação dos grupos empresariais propriamente ditos.

No que tange a seleção desses grupos, novamente os jornais de economia são fundamentais, pois como exposto no quadro 1, é crescente o número de reportagem abordando o assunto, inclusive trazendo dados que a dissertação irá condensar, a saber: i) informações financeiras dos grupos: lucro e valor de mercado; ii) proporção deles no setor: matrículas, quantidade de escolas e marcas associadas; iii) movimentações realizadas: aquisições, fusões e vendas de organizações de ensino; e iv) produtos comercializados como: apostilas, sistemas de ensino e plataformas.

A partir das reportagens, identificamos os grupos empresariais que farão parte do escopo desta pesquisa. E, para a caracterização destas companhias, para conhecermos e compreendermos quem são, utilizaremos as informações disponíveis nos seus endereços eletrônicos, conforme exposto na Tabela 8 e, todas as demais informações encontradas a partir das pesquisas já produzidas de modo a complementar e arredondar estas descrições. Para os grupos que se configuram enquanto empresas de capital aberto (Bahema e Kroton), consultarem, sobretudo seus relatórios de resultados, que consistem em documentos que resumem os investimentos das companhias e são direcionados aos seus acionistas, portanto são bastante explícitos e públicos.

Tabela 2 – Grupos educacionais selecionados, 2018

Grupos Educacionais	Endereços Eletrônicos
Bahema Educação	bahema.com.br
Eleva Educação	elevaeducacao.com.br
Grupo Positivo	positivo.com.br
Kroton	kroton.com.br
Sistema Educacional Brasileiro	gruposseb.gupy.io

Elaboração própria.

Fonte: Bahema (2019), Eleva (2019); Positivo (2019), Kroton (2019), SEB (2019).

A seleção deu-se então através dos critérios não rígidos expostos anteriormente, seguindo indicações dos jornais que abordam a movimentação da economia do país, sobretudo com o intuito de familiarização com as companhias que estão em evidência no ramo. Ademais, a própria bolsa de valores (B3) do país também será uma fonte de

investigação, sendo consultada para obter informações sobre a cotação, venda ou não de ações das companhias bem como suas composições acionárias.

Não podemos perder de vista o lugar da financeirização como um fenômeno contemporâneo e mutável e, ainda pouco conhecido entre os educadores e o próprio campo educacional. Selecionamos cinco grupos empresariais que, ao longo dos levantamentos, tiveram destaque e dada a necessidade da pesquisa, outros grupos podem ser abordados, especialmente devido ao fato de que o mercado financeiro sofre modificações constantes de acordo com as necessidades do movimento do capital.

O referencial teórico que vai embasar e fundamentar esta pesquisa consiste na apropriação de estudos que nos levem a compreender os conceitos envolvidos na temática, como: financeirização de novo tipo (LEHER, 2017); empresariamento de novo tipo (FONTES, 2010); capitalização da educação, que insere as dimensões mercantilização e mercadorização, a subsunção da educação à lógica empresarial, que estão sendo desenvolvidas no grupo de pesquisa, bem como, o resgate de conceitos clássicos de mercadoria localizando o serviço educacional na contemporaneidade (MARX, 2014 [1890]).

Ratificamos que alguns conceitos e categorias estão em fase de estudo, mas ao longo do desenvolvimento da dissertação serão melhores sistematizados e condensados de forma a engrandecer a análise empírica do problema.

Nota Metodológica

Ao longo da análise buscou-se esgotar o uso dos microdados disponibilizados pelo Censo Escolar. Uma das estratégias foi buscar via Censo cada escola mantida pelos grupos aqui listados, porém, o que pudemos constatar foi a difícil tarefa de reunir todos os códigos dos estabelecimentos mesmo quando estes faziam parte da mesma rede. O objetivo era trabalhar via Censo a detalhada quantidade de matrículas especificamente destas corporações e coligir todas as informações disponíveis. Porém, foi necessário descartamos esta estratégia pela sua complexidade.

Organização do texto

Os resultados desta pesquisa estão dispostos em quatro seções: (1) Introdução; (2) Capítulo 1 – *A educação básica no Brasil: uma lacuna em cada legislação*; (3) Capítulo 2 –

É dada a largada para o nicho da educação básica, (4) Capítulo 3 – *Uma Educação mercadorizada*, além das Considerações Finais.

Na *Introdução* realizamos a primeira aproximação do leitor com os temas centrais desta investigação como o processo de financeirização da educação e a migração ou entrada de grupos empresariais atuantes no ensino superior privado na educação básica. Localizamos os objetivos da pesquisa e o caminho que se pretende seguir para o alcance dos mesmos. Mencionamos as pesquisas da área que abordam o tema e que dão base teórica para a existência da problemática aqui desenvolvida.

No capítulo 1 – *A educação básica no Brasil: uma lacuna em cada legislação* – apresentamos a atual estruturação da educação básica com base na legislação vigente e todos os percalços que levaram o crescimento da educação privada no Brasil, discutimos sua organização no que se refere ao financiamento da educação básica brasileira e apresentamos indicadores sobre a situação da educação básica.

O capítulo 2 – *Foi dada a largada para o nicho da educação básica* – expõe e organiza o processo de expansão do mercado educacional, com o marco do ano de 2008, quando grupos empresariais de educação abrem capital na bolsa de valores. Nesta seção apresentamos os grupos empresariais que são o centro da nossa empiria, reunindo as principais informações no que pertinente à inserção na educação básica e, a hipótese que transcorre toda esta investigação, partindo da via de mão dupla entre estas empresas e o Estado brasileiro no que diz respeito à indução de verba estatal através de programas de governo e editais públicos.

De modo conciso e à guisa de conclusão desta premissa de investigação do avanço das organizações privadas, o capítulo 3 – *Um Educação mercadorizada*, tem como fulcro reafirmar a brutal transformação da educação como mercadoria, altamente rentável, para estas empresas que acumulam seu capital através de um serviço educacional que deveria ser um direito social realizado pelo Estado à toda a sua população. O capítulo analisa o enredo que viabilizou essa mercadorização e, como têm se concretizado na prática, as estratégias de mercado que consiste fortemente no 1) fornecimento de matrículas, propriamente ditas (inclusive as aquisições de escolas); 2) na venda de sistemas privados de ensino e, 3) na venda de materiais pedagógicos para redes públicas e privadas.

Longe de trazer à luz todas as problemáticas derivadas dessa financeirização da educação básica, as *Considerações Finais* nos colocam questionamentos e observações que vão além da investigação colocada, mas que são fundamentais para contribuir com pesquisas

futuras e, principalmente, para que se dê continuidade na observação crítica dos próximos passos que estes e, demais grupos empresariais, estão tomando no campo da educação básica.

CAPÍTULO 1 – A educação básica no Brasil: uma lacuna em cada legislação

A educação consiste em um dos direitos sociais respaldados pela Constituição brasileira, além “da saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e, a assistência aos desamparados” (CF, 1988, art. 6º). No terceiro capítulo da Constituição Federal, documento datado de 1988, a educação é garantida como um direito de todos e dever do Estado (e da família), ainda, sob a égide da igualdade de condições como o acesso, a permanência e a gratuidade, entre outros princípios norteadores. Posteriormente, por meio da EC 59/2009, a obrigatoriedade da educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade, inclusive no que tange a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passa a ser direito constitucional.

O artigo 209, do mesmo capítulo, consiste na abertura do mercado educacional através da iniciativa privada, desde que atenda algumas condições estabelecidas sendo (i) cumprimento das normas gerais da educação nacional e (ii) autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Aqui estamos nos atentando principalmente às escolas particulares, ou seja, aquelas com *fins lucrativos*, o que era ausente até esta constituição.

Na questão da distribuição da verba pública, o texto constitucional indica que a mesma deve ser destinada às escolas públicas, com exceção das escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, as chamadas *sem fins lucrativos*. Porém, o parágrafo primeiro do Art. 213 permite que, na insuficiência de recursos, falta de vagas e cursos regulares na rede pública local, bolsas de estudos poderão ser ofertadas nestas instituições privadas independente do fim. Portanto, para que se garanta o direito à educação em escolas públicas, é necessária uma articulação precisa e das competências dos entes federados, com essa fragilidade resta aos setores privatistas serem a opção para tampar essa falha (ROCHA, 2015).

Como salienta Saviani (2009), em seu estudo sobre o sistema nacional de educação, a existência de um verdadeiro sistema nacional é condição para a escola comum, a escola unitária, que possa assegurar a todas e todos uma educação pública comum, compartilhando de modo igual a ciência, a formação histórico-social, a cultura, a arte e a tecnologia. Na ausência de tal sistema, são abertas as brechas para que escolas filantrópicas, confessionais e comunitárias, mediante conjunto de critérios, possam receber recursos públicos. Já as escolas privadas, sem nenhum critério, receberiam isenção fiscal por meio do fornecimento de bolsas de estudo, suprimindo as deficiências de atendimento do Estado, certamente visualizando oportunidade de ganhos e de riscos menores.

Os conflitos ensino público *versus* ensino privado também vem novamente à tona no processo de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais conhecida como LDB nº 9.394 (1996), que entre as suas determinações, obrigava o *oferecimento da educação básica pelo Estado*, sendo esta **gratuita**, englobando a educação infantil (a partir dos 4 anos), o ensino fundamental e o ensino médio (Bollmann, 2016).

Vale salientar que esse processo de elaboração/tramitação/aprovação de uma lei nacional, no âmbito parlamentar não ocorre sem contradições, como Bollmann (2016) evidencia. A composição do Parlamento refletiu a composição de forças políticas, de grupos ou frações de classes na sociedade, cujos interesses convergentes e divergentes representavam determinadas concepções de mundo, projetos societários e educativos.

Para Bollmann (2016), a dinâmica que envolveu diferentes setores organizados da sociedade brasileira na elaboração da LDB representou um embate direto com a própria instância governamental que, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, apresentava uma política educacional que seguia os ditames da orientação neoliberal.

Bollmann (2016) indica que nas décadas de 1980 e 1990, no que se relacionava à elaboração da LDB, vivenciava-se a disputa de projetos diferenciados de sociedade, que se expressava no projeto educacional. De acordo com a autora, existia uma polarização. De um lado setores organizados elaboravam uma proposta que refletia a defesa de princípios éticos voltados para a busca de igualdade e de justiça social, distintas daquelas que os setores sociais hegemonicamente vinham utilizando subordinada aos interesses do capital. Sendo que do outro lado, “a educação transformava-se, na concepção da OMC, em uma mercadoria, cujo valor agregado dependia, como qualquer outro produto, das oscilações do mercado.” (2016, p. 420).

O financiamento da educação básica tem seus recursos vinculados constitucionalmente através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – Emenda Constitucional (EC) nº 14/96 – em vigor de 1997, governo de Fernando Henrique Cardoso, até 2006 quando, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Fundef é substituído pela Emenda Constitucional 53/2006 que implementa o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) englobando também a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Na prática, foram criados vinte e sete fundos de manutenção correspondentes aos 26 estados mais o Distrito Federal. Ademais, “o Fundef nasce em um contexto de forte alinhamento do Governo FHC com os organismos

internacionais, em especial com o Banco Mundial, na perspectiva da focalização no Ensino Fundamental e na descentralização” (PINTO, 2018, p. 855).

Esta organização da educação fez aumentar as matrículas sob a responsabilidade das redes municipais mudando o perfil do atendimento educacional e “ao atrelar parcela dos recursos vinculados à educação à matrícula no ensino fundamental regular, este fundo induziu um processo de municipalização sem precedentes no Brasil” (PINTO, 2007, p. 879). Pinto ressalta que, a desigualdade entre os municípios brasileiros acabou por refletir nesse processo de municipalização da educação e, se havia algum equilíbrio na oferta este foi rompido, sendo um sistema de financiamento bastante frágil. Ainda:

O sistema de financiamento só não entrou em colapso porque o FUNDEF, e agora o FUNDEB, transferem recursos de uma esfera de governo para a outra, mas considerando que os fundos são transitórios, montou-se uma bomba de efeito retardado com data certa para explodir: 31 de dezembro de 2020, quando finda o FUNDEB. (PINTO, 2007, p. 881).

Na prática, o financiamento da educação básica tem como base 20% das receitas dos impostos dos estados e distrito federal, somados aos 20% de cada um de seus municípios. Se o fundo estatal não for capaz de cumprir custo aluno a todos os seus municípios, pode haver a complementação por parte da União.

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.004/2014), aprovado em 2014 com vigência até 2024, consolida o esvaziamento da concepção de *pública* na oferta do direito à educação e dá margem para a transferência de verba estatal para a iniciativa privada bem como suas parcerias. Evidenciando que:

A tendência dos governos federais tem sido privilegiar a iniciativa privada, não é ilusório imaginar que o setor privilegiado pelo PNE não seja a educação pública e sim a sua contínua privatização e mercadorização (mesmo que o financiamento seja público, aos moldes das parcerias público privadas) (COLEMARX, 2016, p. 39).

Uma das principais mudanças nas últimas décadas referentes ao financiamento da educação foi à garantia destes recursos para assegurar um padrão mínimo de qualidade no ensino, definido pela EC nº 14/96 e estabelecida pelo PNE, o que foi denominado de Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi). Porém, com todas as dificuldades e, principalmente com os efeitos da EC nº 95/2016, o chamado “teto dos gastos” aprovado no governo de Michel Temer, esse padrão mínimo não pôde ser alcançado (PINTO, p. 848, 2018). Ainda, essa

versão do PNE fixou a meta de 10% do PIB até 2024, porém o golpe no financiamento viria com a EC nº 95.

O Fundeb resgatou o conceito de educação básica como um direito englobando as diversas modalidades nela existentes, obrigando estados e municípios a investirem em todos os níveis do ensino básico. Por outro lado, todo valor mínimo estabelecido por aluno não foi cumprido e, quando não se tem um valor mínimo nacional sendo cumprido, as disparidades regionais tornam-se inevitáveis, uma vez que as receitas dos estados e municípios já são diversas. Além da não unificação das redes (estadual e municipal) com padrões e qualidades diferentes, dificultando o seu funcionamento (PINTO, 2007, p. 894).

A LDB define que os estados, os municípios e o Distrito Federal devem direcionar pelo menos 25% da receita de impostos e transferências para o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). As ações do MDE têm por objetivo solucionar demandas educacionais municipais, ou seja, prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil.

O que nos interessa em termos de organizações educacionais privadas é ressaltar que o MDE define “ações financiáveis e ações não financiáveis” que inclui, em especial no contexto desta pesquisa, *concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas e aquisição de material didático-escolar*.

Desse modo, a educação foi ressignificada e refinada de acordo com uma concepção mercantilista e, uma crescente diminuição das obrigações do Estado como financiador de um ensino público, beneficiando assim o setor privado (BOLLMANN, 2016).

A educação básica brasileira é compreendida por algumas etapas de ensino e são elas a educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio, os cursos profissionais, a educação de jovens e adultos e a educação especial. Na tabela 1 está a relação da quantidade de estabelecimentos que oferecem estas modalidades, considerando que eles podem oferecer mais de uma etapa. Em todo o território brasileiro existem 181.939 mil estabelecimentos de educação básica que atendem 48.455.867 milhões de alunos.

No entanto, esse movimento não é novo no ensino superior e, agora com as aquisições de escolas privadas pelos principais grupos empresariais educacionais, voltamos à análise para compreender como está sendo esta expansão e seus desdobramentos.

Em pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE)/Unicamp (ADRIÃO, 2015) demonstra como organizações empresariais de capital aberto (Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo) atuam no setor público por meio do auxílio dos gastos municipais com MDE e como essa estratégia

empresarial influencia no direito à educação, ressaltando que tais grupos “integram um cenário complexo de grandes e vultosas negociações [...] em bolsa de valores” (ADRIÃO, 2015, p. 31).

Como as verbas do MDE são de uso dos municípios, os SPE podem ser comprados diretamente pelas secretarias municipais de educação. Mesmo com as aquisições, as secretarias ainda podem optar por receber sem custo os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Tem-se aqui um duplo gasto federal com o mesmo serviço, na qual Adrião (2015) destaca que:

[...] quatro grupos dentre os pesquisados, Moderna/Santillana, Positivo, Pearson e Abril, além de venderem os sistemas privados para as redes educacionais públicas subnacionais, participam do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), pelo qual o governo federal financia a distribuição de livros didáticos para todos os estudantes de escolas públicas em território nacional (ADRIÃO, 2015, p. 39).

Nesse sentido, as editoras, principalmente as vinculadas aos referidos grupos empresariais, tem outro acesso à verba estatal quando elas participam desses editais. Por exemplo, de acordo com Pinheiro (2014), em 2013 Ática e Scipione foram responsáveis por 43% da receita da Abril Educação, sendo 54% advindos das vendas para o governo. Já na Saraiva, as editoras representaram 41% da renda do grupo, sendo o governo o comprador de 35% dos livros e conteúdos digitais (PINHEIRO, 2014). A autora ainda salienta a importância destes editais para as editoras, principalmente pela especificidade do comprador ser o governo federal, e que representam a maior parte de seus lucros.

Ou seja, tanto o MDE como o PNLD são oportunidades nas quais os grupos empresariais tem a possibilidade de garantir verba e, se utilizado os dois métodos, são duas fontes de recursos público distintas para o mesmo tipo de serviço.

Segundo a Hoper (CUNHA, 2018) consultoria educacional, o faturamento em mensalidades da educação básica ultrapassa o total movimentado pelo ensino superior, atingindo cerca de 60 bilhões ao ano somente em mensalidades. O que tornou o segmento um mercado atrativo e lucrativo para os investidores.

Logo, a Tabela 3 explora o crescimento do número total de matrículas e de estabelecimentos de ensino dos setores público e privado no decorrer dos últimos nove anos. Nos dois elementos, o setor privado tem avançado e o setor público diminuído ou estagnado.

Tabela 3 – Matrículas e estabelecimentos, educação básica, público e privado, 2010 – 2018

Ano	Estabelecimentos (mil)				Matrículas (milhões)			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Nº Total	%	Nº Total	%	Nº Total	%	Nº Total	%
2010	158.650	81,38%	36.289	18,62%	43.989.507	85,33%	7.560.382	14,67%
2011	156.164	80,89%	36.883	19,11%	43.053.942	84,46%	7.918.677	15,54%
2012	154.616	80,25%	38.060	19,75%	42.222.831	83,54%	8.322.219	16,46%
2013	151.884	79,64%	38.822	20,36%	41.432.416	82,79%	8.610.032	17,21%
2014	149.098	79,02%	39.575	20,98%	40.680.590	81,73%	9.090.781	18,27%
2015	147.110	78,90%	39.331	21,10%	39.738.780	81,44%	9.057.732	18,56%
2016	146.065	78,50%	40.016	21,50%	39.834.378	81,60%	8.983.101	18,40%
2017	144.117	78,26%	40.028	21,74%	39.721.032	81,72%	8.887.061	18,28%
2018	141.298	77,66%	40.641	22,34%	39.460.618	81,44%	8.995.249	18,56%

Elaboração própria.

Fonte: Sinopse estatística da Educação Básica 2010 – 2018, Inep (2019).

É possível perceber uma tendência, ainda mais acentuada, no aumento do número de estabelecimentos privados indicando a abertura de oportunidades para o setor privado mercantil, em contrapartida, em nove anos tivemos a diminuição de quase 18 mil estabelecimentos de ensino e de 4,53 milhões de matrículas no setor público. O crescimento no setor privado – 1,43 milhão de matrículas e 4,35 mil estabelecimentos – se mostra contínuo.

É importante destacar que com o crescimento de investidores no ramo educacional, o comportamento das mídias voltadas para o mercado educacional ao longo dos últimos anos tem refletido essas mudanças. Além da Hoper, que presta consultoria tanto a nível nacional quanto internacional, o “tema” educação em seus nexos com o mercado passou a ser debatido em jornais eletrônicos do campo da economia. Entre esses jornais, o Valor Econômico tem se destacado pela maior parte das reportagens que envolvem o setor educacional na bolsa de valores.

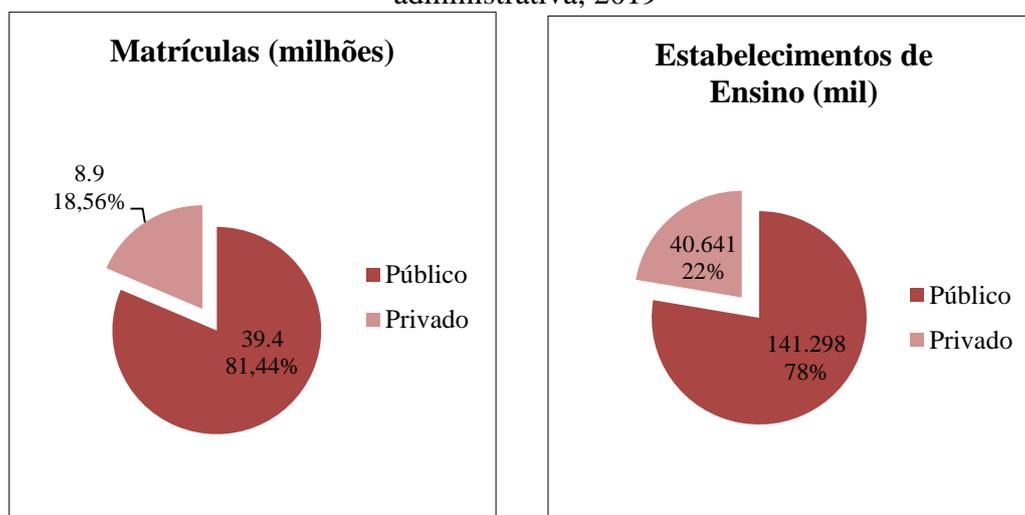
Diante dos fatos que sugerem a tendência do crescimento de investimentos privados e financeiros no mercado educacional no que tange o segmento da educação básica, passamos a observar como os principais grupos empresariais, inclusive os que já atuam no nicho do ensino superior, vêm se comportando. Isso ocorreu através do levantamento de reportagens⁵, no qual pudemos observar a entrada incisiva desses grupos no setor.

Os números da educação básica, segundo o último Censo Escolar (INEP, 2019), sugerem que em 2018 tivemos 48.455.867 milhões de matrículas, 2.226.423 milhões de

⁵ Ver Quadro 2, p. 25.

docentes e 181.939 mil estabelecimentos de ensino, destes estabelecimentos, 77,66% (141.298) corresponde ao setor público (municipal, estadual e federal) e, 22,34% (40.641) correspondem ao setor privado que, conforme os dados elucidados na Tabela 3 vêm crescendo a cada ano.

Gráficos 2 e 3 – Quantidade de matrículas e estabelecimentos de ensino por categoria administrativa, 2019

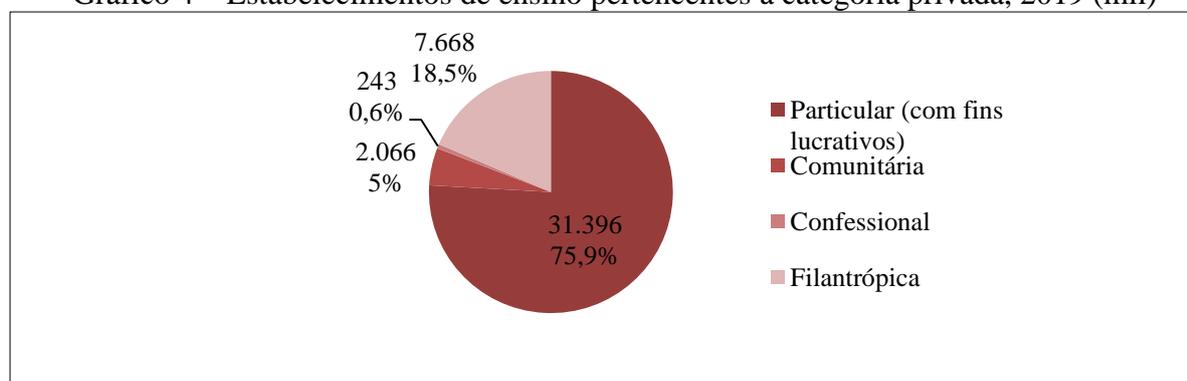


Elaboração própria.

Fonte: Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Importante percebermos que, a categoria *privada* engloba quatro tipos de escolas sendo elas: particular, comunitária, confessional e/ou filantrópica – Gráfico 4. Com destaque para o tipo particular, ou seja, com fins lucrativos, que possui finalidade empresarial. Portanto, é o crescimento destas escolas e das matrículas nestes estabelecimentos que irão nos localizar dentro da expansão desse setor quando analisamos o oferecimento das matrículas propriamente ditas.

Gráfico 4 – Estabelecimentos de ensino pertencentes à categoria privada, 2019 (mil)



Elaboração própria.

Fonte: Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Com este recorte dos estabelecimentos com fins lucrativos, colocamos em exposição na Tabela 4 a distribuição das escolas por região geográfica. A sua maioria se localiza na região sudeste, e as demais seguem a lógica da quantidade populacional de cada região, exceto o norte e centro-oeste, este último possuindo uma população menor que o norte, mas com mais escolas privadas.

Outra característica importante a ser considerada na análise é a presença das mantenedoras nas escolas particulares. O Censo não deixa esclarecido o que são as mantenedoras, apenas as delimita em empresa, grupo empresarial do setor privado ou pessoa física. Dito isto, 89,5% dos estabelecimentos privados particulares estão sob responsabilidade de alguma mantenedora. No Censo do Ensino Superior, um banco muito menor, a questão das mantenedoras é mais clara, podendo inclusive saber qual é esta mantenedora, diferente do Censo Escolar.

Tabela 4 – Quantidade de escolas privadas particulares (com fins lucrativos) de educação básica, 2018

Região	Quantidade	%
Sudeste	14.493	46,2
Nordeste	9.435	30,1
Sul	3.999	12,7
Centro-Oeste	1.936	6,2
Norte	1.533	4,9
Total	31.396	100,0

Elaboração própria.

Fonte: Microdados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Verificando a quantidade de estabelecimentos notamos que foram contabilizados 2.206 unidades de ensino a menos em relação ao ano anterior. Mas, ao analisar os dados absolutos de cada dependência administrativa, pudemos concluir que esse número é maior, uma vez que foi necessário considerar as unidades a mais. No setor público houve um movimento de diminuição nas unidades estaduais (-142) e municipais (-2.679), somando um total de 2.821 unidades a menos, e apenas um aumento de duas unidades federais.

A próxima tabela trás detalhes da configuração de estabelecimentos divididos por categoria de dependência administrativa e região demográfica. Os estabelecimentos privados somam 22,34% do total de unidades e em quantidade concentra-se na região sudeste.

Tabela 5 – Estabelecimentos da educação básica, por dependência administrativa e região geográfica, 2018*

Regiões	Federal	Estadual	Municipal	Total pública	Privada	Total
Norte	80	3.953	16.571	20.604	1.736	22.340
Nordeste	231	6.635	46.235	53.101	10.757	63.858
Sudeste	202	11.026	28.742	39.970	19.803	59.773
Sul	120	5.930	13.783	19.833	5.821	25.654
Centro-Oeste	68	2.833	4.889	7.790	2.524	10.314
Total	701	30.377	110.220	141.298	40.641	181.939
%	0,39%	16,70%	60,58%	77,67%	22,34%	100%

Elaboração própria.

Fonte: Sinopse estatística do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

*Mil.

No que diz respeito às matrículas, distribuição semelhante pode ser constatada. Com a maioria no setor público, a educação privada ocupa 18,56%, totalizando quase 9 milhões de estudantes.

Tabela 6 – Matrículas da educação básica, por dependência administrativa e região geográfica, 2018*

Regiões	Federal	Estadual	Municipal	Total pública	Privada	Total
Norte	48.016	1.768.251	2.716.604	4.532.871	459.619	4.992.490
Nordeste	132.721	3.316.631	8.292.134	11.741.486	2.471.956	14.213.442
Sudeste	126.299	6.782.548	7.911.328	14.820.175	4.254.765	19.074.940
Sul	68.211	2.483.707	2.811.849	5.363.767	1.140.296	6.504.063
Centro-Oeste	35.831	1.595.279	1.371.209	3.002.319	668.613	3.670.932
Total	375.247	15.946.416	23.103.124	39.424.787	8.995.249	48.455.867
%	0,85%	32,91%	47,68%	81,44%	18,56%	100%

Elaboração própria.

Fonte: Sinopse estatística do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

* milhões.

No ensino superior existem um pouco mais de oito milhões de matrículas, segundo dados do Inep (2018b), destas, 6.241.307 estão no setor privado, resultando em 75,32% do total das matrículas. Estes dados permitem projetarmos uma expansão do mercado da educação básica, visto o movimento de aquisição por parte de grupos privados controlados por fundos de investimentos, bem como o movimento ocorrido (e esgotado, *a priori*) no ensino superior.

Esvaziava-se a ideia de direito a educação, definindo-a como uma prestação de serviços, podendo ser realizada tanto por entidades oficiais públicas, como pelo setor privado, ocorrendo uma reformulação do princípio da educação nacional a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, não havendo, portanto, distinção entre as escolas públicas e privadas.

Assim, tem-se uma nova relação alunos x estabelecimentos de ensino, pois ao comprar o produto educação, esses alunos se tornam clientes e, quem vende é subordinado a atender as demandas do mercado. Mas, ao contrário de outras mercadorias, a educação deveria não somente não ser transformada em mercadoria, mas suprir demandas de natureza intelectual e cultural sem que o seu fim seja adequar-se ao mercado de trabalho.

Essa adequação ao mercado pode ser percebida quando observados os termos a que a educação está atrelada ao vocabulário da ‘habilidade’, ‘treinamento’, ‘competência, ao mesmo modo que projeta um sonho individual de uma profissionalização, cujas formas corriqueiras de chamar atenção com ‘realize seu sonho’ e, deixa-se de lado, ou nubla-se a ideia de qualidade em termos práticos educacionais.

O cenário político brasileiro tem sido bastante generoso com as empresas privadas de educação e, no atual governo de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), não tem sido diferente. A luz de um governo ultraneoliberal composto por representantes de bancos e instituições financeiras e, finalmente com seu lugar ao sol, os grupos fundamentalistas (pentecostais e neopentecostais), parece que estamos diante da base perfeita para a destruição massiva de tudo que ainda temos de público no que se refere às políticas e direitos sociais.

Coincidências a parte, o ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes não é novo no campo das finanças principalmente no setor de educação, vide seu período como CEO na Bozano Investimentos e, Elizabeth Guedes, irmã do ministro, uma das principais dirigentes da Associação Nacional das Universidades Privadas (Anup). A frente do ministério da educação está Abraham Weintraub, que já sinalizou que a saída para a expansão da educação superior no Brasil se dará pelo setor privado, um claro apoio às instituições (EXAME, 2019). Demonstrando claramente quem vai ser beneficiado nesse percurso.

O governo inicia seus ataques à educação pública e proclama um combate ao chamado (em tom de desqualificação) “marxismo cultural”, derivando diversas ofensivas contra as universidades federais e a escola pública brasileira, diminuindo seus papéis de construtoras e produtoras de conhecimento científico. Ainda, acompanhamos a emblemática guerra contra a figura de Paulo Freire com uma inaceitável promessa de retirar o seu título de patrono da educação.

No que cerne o ensino superior público, as principais medidas advindas do atual governo atacaram no dorso das universidades federais. Esses ataques iniciaram ainda no governo Temer, vide o escândalo envolvendo a UFSC, que chegou a levar o reitor da época ao suicídio e mais de um ano após sua morte, os relatórios da Política Federal não conseguiram provar alguma culpa (LUCIO, 2019).

Logo no primeiro semestre, uma ação inédita assistida pelas comunidades acadêmicas, além do Decreto 9.794 (BRASIL, 2019) que instituiu o Sistema Integrado de Nomeação e Consultas, designando à presidência a escolha de cargos de direções nas universidades, com isto, nomeia interventores na Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Triangulo Mineiro (UFTM) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (ANDES, 2019).

A EC 95/2016 aprovada ainda no governo Temer e estabeleceu o teto de gastos que inevitavelmente cairia sobre as universidades colapsando seu funcionamento. Os cortes orçamentários:

No início de maio, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) — fundação do Ministério da Educação que atua na expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil — anunciou o corte de quase 5 mil bolsas de pesquisa, alegando que estavam “ociosas” no mês de abril. A medida foi criticada pelas universidades, uma vez que as bolsas eram de estudantes que tinham defendido suas dissertações e teses recentemente, e seriam repassadas para as novas turmas selecionadas. Os programas com conceito Capes 6 e 7 (nota máxima) conseguiram reverter os cortes e, ao todo, cerca de 3,5 mil bolsas foram cortadas. Em junho, os programas avaliados com duas notas 3 consecutivas, ou que foram rebaixados do conceito 4 para 3 na última avaliação, sofreram novos cortes, e perderam mais de 2,7 mil bolsas. Os programas com nota 4 devem ser os afetados em julho. (ALMEIDA; TOLEDO, 2019, s.p.)

Após essa onda de ataques às universidades, entra em cena o projeto que amarra estas medidas e se apresenta como uma solução para salvar as instituições de ensino. O projeto intitulado Future-se:

A ideia-chave é que as instituições devem ser refuncionalizadas como organizações de serviços para que possam iniciar o seu autofinanciamento, desobrigando o Estado federal de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade/ Organização Social financiada a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores/ corolário da referida Emenda é o estrangulamento orçamentário e a conversão das universidades em agências captadoras de (inexistentes) projetos de pesquisa e desenvolvimento privados. /É importante salientar que os cortes orçamentários estão inscritos na Emenda Constitucional n. 95/2016, aprovada no governo Temer, após o impeachment extralegal de Dilma Rousseff. É a medida que reduz, ano a ano, o equivalente a 0,8% do PIB dos gastos públicos com as políticas sociais e os investimentos públicos. (LEHER, 2019, p. 33)

No tocando à educação básica, algumas pautas antigas vieram à tona como o Projeto de Lei 2.401/2019 que dispõe sobre o direito à educação domiciliar – *homeschooling*, e o Decreto 9.765 de 11/04/19 que institui a Política Nacional de Alfabetização retomando o método fônico como estratégia principal configurando um retrocesso no campo educacional. O Enem também foi alvo de críticas ao ponto do governo criar uma comissão de inspeção com o objetivo de verificar se havia ‘viés ideológico’ que estivesse em desacordo com a gestão atual.

A precarização e destruição da educação pública não são alvos exclusivos do governo atual, mas estamos de frente a ataques que, direta ou indiretamente, beneficiam o setor privado, quando este enxerga possibilidades de lucro em nichos de escolas *low cost* ou baixo custo, direcionadas a chamada classe C, considerando o esgotamento do ensino superior no que diz respeito ao seu crescimento.

Ainda, em uma profunda análise realizada pelo Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação sobre os primeiros seis meses de Governo Bolsonaro, consideramos que:

No emaranhado de inúmeras ações, o processo vital de resistência está na identificação de uma coluna de sustentação na qual o governo se inspira e preconiza uma agenda que será capaz, não apenas de dar continuidade, mas, sobretudo, de dar uma nova face à educação no país com requinte de perversidade. O eixo central capaz de ligar as diversas políticas educacionais em voga é o deflagrar de um antigo projeto: a privatização da educação pública no Brasil, esta levada às últimas consequências ao desconsiderar as demandas educacionais tanto dos profissionais da educação quanto da sociedade em geral, potencializando as mazelas econômico-sociais, a extirpação do princípio de igualdade, a naturalização da pobreza e a conformação com a desigualdade social. (COLEMARX, 2019, s.p.)

Nesse enredo construído e delineado ao longo dos últimos anos, cabe a esta investigação acompanhar o desenrolar destas políticas que desenham um caminho explícito para a mercadorização da educação em todos os níveis de ensino.

As indefinições da nova lei do FUNDEB e a possibilidade de uso de vouchers na educação infantil (e, provavelmente, na educação básica em geral) apenas confirma que metodologicamente a expansão privada-mercantil tem de ser vista no conjunto da educação, pois, seguramente, interfere diretamente nos rumos da educação pública.

CAPÍTULO 2 – Foi dada a largada para o nicho da educação básica

O processo aqui investigado exige uma adequação do setor a um nível de demanda posto pelo capital financeiro internacional, na busca cada vez maior de uma hegemonização de mercados (LEHER, 2018; FONTES, 2010). O Acordo Geral de Comércio e Serviços pela Organização Mundial do Comércio (OMC) firmado na década de 1990 demarca dois grandes processos no setor educacional: o primeiro foi a oligopolização, a partir de aquisições e fusões de empresas e grupos atuantes na educação; o segundo, a transformação da educação em mercadoria na bolsa de valores através de ativos.

Estes processos criam inúmeras tensões para o campo educacional, alguns serão elencados como indicativos da pesquisa. Aqui apontamos um deles citado por Santos; Guimarães-Iosif (2013, p. 6) e que consideramos central, a formação de oligopólios no mercado educacional: “poucas instituições serão capazes de manter as condições atuais de sustentação exclusivamente por mensalidades, portanto abriu-se espaço para que apenas um grupo restrito consiga ocupar nichos específicos no mercado sem ser acossado pelas instituições mais fortes” (SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF, 2013, p.6).

Assim, a entrada de empresas educacionais na bolsa de valores em 2007 (CHAVES 2010) possibilitou a formação de grandes empresas de capital aberto, a exemplo da Kroton ranqueada como a maior empresa do mundo, como veremos adiante.

Os oligopólios são constituídos pela ampliação e fusões das organizações de ensino e pela entrada do capital dessas empresas na bolsa de valores (SGUISSARDI, 2008). Com a política de privatização implementada pelo Estado brasileiro, desde os anos 1990, tem-se abertura para que se constitua uma hegemonia das empresas particulares no campo educacional superior (BITTAR; RUAS, 2012). Assim, com hegemonia e controle, os fundos de investimentos passam a intervir nas definições de como devem atuar as IES, com objetivo do retorno esperado. Nesse campo de mercado educacional, o estudante torna-se cliente de uma empresa e cada matrícula passa a ser um ativo.

Com esta configuração e possibilidade de se ter um grande negócio no nicho educacional, fica cada vez mais estreita a relação entre público e privado, com o segundo suprindo uma demanda do primeiro por meio de bolsas conveniadas com o próprio governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2016a; 2016b), abrindo intencionalmente o caminho para o crescimento desse mercado, sem perder de vista que essa não é a única forma de transferência de fundo público para a esfera privada. É dinheiro público investido no setor privado, mesmo

que utilizando o discurso de educação como direito de todos e da democratização do acesso ao ensino superior.

Desse modo, a partir de 2010, o Fies foi o grande responsável pelo crescimento da demanda privada, chegando a ter metade de seus alunos com financiamento. Os anos de 2007 a 2014 foram bastante expressivos nas fusões, sendo 2008 o auge, chegando a 41 o número total de fusões (HOSTIN, 2014). Sendo assim, grandes escolas educacionais abriram seu capital na bolsa de valores, tais como Anhanguera Educacional, Estácio de Sá, Kroton Educacional, do Grupo Pitágoras, e Sociedade Educacional Brasileira (SEB), controladora do Colégio Oswaldo Cruz (COC), intensificando o processo de compra e vendas de IES (BITTAR; RUAS, 2012, p. 124).

A entrada de empresas do setor educacional na bolsa de valores e o impulso às aquisições e fusões caracterizam a financeirização no campo, quando esta se torna uma mercadoria altamente rentável, como parte de uma “expansão empresarial”, nas palavras de Leher (2009). Como exemplo, a Kroton Educacional, cuja presença na bolsa de valores pós 2008 e mediante aquisições e fusões se configura como o grande conglomerado educacional do país e a empresa com mais matrículas no mundo, contando com 1,5 milhão de alunos (FEPESP, 2017, p. 7). Ela também é a responsável por uma significativa parcela da formação inicial de professores no Brasil (licenciaturas), principalmente na modalidade de ensino a distância (INEP, 2008a).

Diante disso, a financeirização se molda com base em uma mercantilização de novo tipo da educação, movimento iniciado no ensino superior com forte indução de verba do Estado brasileiro e, recentemente, com inclinação para o segmento da educação básica. No ano de 2016 “a maioria dos oito milhões de estudantes que frequentava alguma instituição de ensino superior estava matriculada em uma organização educacional sob controle financeiro” (LEHER, 2018). Porém, no mesmo ano, o governo modificou o programa Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o que culminou na dificuldade de sua adesão e prejudicando as IES. Como consequência, a Kroton, maior empresa do setor, caiu 24,3% no terceiro trimestre de 2017, segundo o Jornal Valor Econômico (GUTIERREZ, 2017). Após diversas empresas do campo aumentarem seu capital por meio da oferta de cursos superiores em modalidades presencial e a distância, a estratégia precisou ser reorientada. Esta nova configuração impulsionou os grupos empresariais para um movimento de aquisições na educação básica, com a finalidade de explorar esse segmento, com grande possibilidade de expansão e dar continuidade a manutenção de suas altas taxas de lucro.

A partir do levantamento das reportagens que envolveram a educação básica no ano de 2018 (ver Quadro 2, p. 24), selecionamos os grupos de maior relevância para construir o corpo do nosso mapeamento a fim de apontarmos como está se configurando a financeirização no segmento da educação básica. Optou-se também por incluir na seleção os grupos que constam na listagem de serviços educacionais de empresas com capital aberto em bolsa de valores encontrados no endereço eletrônico da bolsa brasileira (B3), nesse caso se deu a inclusão do grupo *Bahema*, os demais apareceram nas reportagens selecionadas, sendo eles o *Grupo Eleva*, o *Grupo Positivo*, o *Sistema Brasileiro de Ensino (Seb)* e a *holding Saber*, todas de origem brasileira.

Considerar a composição de capital aberto deriva do fato destes mesmos grupos que se consagraram no ensino superior estejam adquirindo escolas e, com isto, negociando-as enquanto seus ativos no mercado de capitais. A nossa investigação é fruto desta observação.

Nesta sessão serão expostas as informações derivadas das buscas sobre como estas organizações educacionais privadas se comportam diante do novo nicho de mercado que se abre e que possui grande potencial de expansão. Como elas vêm atuando, quais suas estratégias, distribuição territorial, número de matrículas, unidades, SPE, etc.

Para os grupos que se configuram como empresa de capital aberto, os relatórios de resultados são documentos que podem ser ferramentas de pesquisa bastante significativas, pois são construídos pelos próprios grupos com o objetivo de mostrar aos investidores os resultados detalhados dos processos pelos quais a empresa se propõe, eles são publicados trimestralmente e, qualquer sujeito pode ter acessado, pois é facilmente encontrado nos endereços eletrônicos dos grupos, geralmente em uma área voltada especificamente para as “relações com investidores”. Dos cinco grupos selecionados para esta análise, os grupos *Bahema* e *Saber* são holdings, empresas com composição de capital aberto. Porém, apesar dos demais grupos não estarem listados em bolsa, não significa que não possuem atuação de fundos de investimentos.

Figura 1 - Principais grupos empresariais da educação básica no Brasil, 2019



Elaboração própria.

Fonte: Reportagens diversas (Quadro 2, p. 24); ELEVA (2019); SOMOS (2019), GRUPO SEB (2019), POSITIVO (2019), BAHEMA (2019).

A **Bahema** foi criada em 2016, uma companhia muito nova, exclusivamente para a atuação no mercado educacional e, suas aquisições foram realizadas ao longo de 2017. Tem como área de atuação o segmento da educação básica, estruturando cursos desde o ensino infantil ao ensino médio, incluindo atividades correlatas. Na B3 negocia seus ativos pelo código BAH13.

Fazem parte do grupo as escolas Balão Vermelho e o Colégio Mangabeiras (Bahema Educação MG Ltda) ambos em Minas Gerais; a Escola Parque (Bahema Educação RJ Ltda) com duas unidades na cidade do Rio de Janeiro; a Escola da Vila (Escola da Vila Educação Ltda) e Escola Mais ambas em São Paulo.

A última movimentação da Bahema foi a aquisição de 60% na participação da Escola Brazilian International School (BIS), uma instituição bilíngue também localizada em São Paulo. Esta parcela correspondia a Alessandra Pellegrino Casquel Lopes, uma das fundadoras (BRANDÃO, 2019, s.p.).

Ademais, é importante destacarmos que, assim como outros grupos educacionais que se transformaram em grandes empresas com ações em bolsa de valores, a Bahema também iniciou sob controle familiar. Um dos atuais acionistas é Guilherme Afonso Ferreira Filho que anteriormente ocupou cargo de diretor do Instituto de Formação de Líderes de São Paulo (IFL/SP), estando à frente do instituto no Fórum Liberdade e Democracia, promovido em 2016. O evento reuniu representantes da extrema direita brasileira, bem como Jair Bolsonaro (atual presidente do país) e Fernando Holiday (DONATO, 2017).

O outro fato que chama atenção por parte do grupo foi a aquisição da Escola da Vila (DONATO, 2017), criada por Madalena Freire, filha de Paulo Freire. Uma escola com viés construtivista, que valoriza a autonomia na aprendizagem e incentiva o pensamento crítico. Uma aquisição polêmica realizada por um grupo voltado para investimentos. Na época da compra, houve incômodo por parte de pais e professores, que foram avisados sobre a “troca” de administração após já ter sido realizada (FORUM, 2017a). Após matéria publicada pela Fórum, o grupo Bahema entrou em contato para esclarecimentos quanto ao seu envolvimento político partidário reafirmando não ter relações com qualquer instituição mencionada e, seu objetivo é perenizar o modelo de escolas construtivista como a Vila. Mesmo com a manifestação da companhia, a Fórum novamente enfatizou o envolvimento da Bahema com grupos políticos conservadores (FORUM, 2017b).

A maioria destes grupos ao realizarem a compra das escolas passa a influenciar diretamente na gestão e não necessariamente modificam a marca, o logo ou o marketing da escola, dessa forma, dificulta a identificação do grupo pertencente, bem como ocorrido nas instituições de ensino superior, em contrapartida, utilizam dessa ação como estratégia para manter a tradição da instituição.

A holding **Saber** foi criada em 2018 logo após a primeira aquisição da Kroton na educação básica, responsável exclusivamente pelas movimentações da Kroton no segmento.

Na última década, a Kroton protagonizou um crescimento significativo no mercado do ensino superior, mas ela surgiu na década de 60 atuando em cursos pré-vestibulares e, posterior colégio Pitágoras, originando a Rede Pitágoras. Antes da criação da *Saber*, a Kroton adquiriu o Colégio Leonardo Da Vinci, em Vitória (ES) para depois adquirir a Somos Educação o que deu maior visibilidade da sua entrada para o segmento da educação básica, e finalizou o ano de 2018 com a compra do Colégio Latu Sensu, referência em escola privada na região norte, com quatro unidades em Manaus e uma unidade em Rio Branco. O objetivo da *Saber*, segundo seu diretor, é adquirir escolas de alto padrão, as chamadas *premium* e, assim, poder abrir novas unidades destas escolas.

Ao adquirir a Somos, considerada a gigante da educação básica, a *Saber* garante um vasto nicho de atuação de mercado e suas estratégias perpassam por sistemas de ensino à plataformas digitais. Com destaque para as frentes de trabalho como (i) Soluções Educacionais para o Ensino Básico (K12); (ii) O Líder em Mim (OLEM); (iii) Escolas próprias; (iv) Idiomas. Algumas marcas da Somos: pH, Anglo, Maxi, Integrado, Motivo, Escola Santi, Colégio do Salvador, CIE, Anglo 21, Escola Chave do Saber (ECSA), Sigma, Neo DNA, Cei, Primeiros Passos, Colégio Visão e duas escolas de línguas que são a Red Balloon e a English Stars; algumas de suas escolas levam o próprio nome do sistema de ensino (Anglo, pH e Maxi), mas ela também possui os sistemas Geo, Ser, Ético e PAR Plataforma Educacional. As editoras Ática, Scipione e Saraiva também constavam no pacote da Somos.

A Kroton é liderada por Rodrigo Galindo, CEO do grupo, eleito para permanecer no cargo pelos próximos dois anos (2019-2020), quando assumirá a presidência da nova Cogna. Na direção da *Saber* está Mario Ghio Junior que em entrevista para a Uol Economia (ECONOMIA, 2018), se colocou enquanto membro do Todos Pela Educação frisando que “a educação não é um problema só das pessoas do

mundo da educação. É um problema do país, dos empresários, dos políticos, de todo mundo”. Mário Ghil Junior já ocupou cargos como diretor-presidente do grupo Abril Educação e diretor-geral do Sistema UNO de Ensino, a partir do ano que com ele sai da direção da *Saber* e vai para a direção da Vasta.

A *Saber* atinge 3,8 mil alunos com o serviço de sistema de ensino, somado aos alunos atingidos pelo serviço de material didático (para além dos SP) somam um total de 6 mil alunos. O *ticket*⁶ médio líquido cobrado por aluno/ano em 2018 na venda dos sistemas privados foi de R\$ 529,67, isto soma um total de mais de dois milhões⁷.

Uma das estratégias da Somos fica a cargo da rede **Red Balloon**, escola de línguas, que encerrou o 3T18 com 27,7 mil alunos distribuídos em 133 unidades (próprias, franquias e *In School*). No serviço de Soluções Educacionais para o Ensino básico (K12), a Somos teve um alcance de 1,2 milhão de alunos nos chamados contratos de longo prazo. Estes contratos incluem os sistemas (privado) de ensino, cursos de formações de professores, OLEM (O líder que existe em mim) e livros didáticos. No meio digital, estas soluções fazem parte da Plataforma Educacional (PAR).

Tabela 7 - Relação de alunos e unidades educacionais Somos Educação, 3T18

Nichos de Mercado	Quantidade de alunos (mil)	Quantidade de unidades (mil)
SPE e PAR	1.034	3.253
OLEM	117	-
Escolas Próprias	27,0	39
Red Balloon	27,7	133
Total	55.851	3.425

Elaboração própria.

Fontes: Relatório de resultados da SOMOS Educação S.A. – 3T18, 2018.

O **grupo Eleva** é representado pelo empresário e criador Jorge Paulo Lemann, uma holding com atuação exclusivamente na educação básica. Tem como controladora a Gera Venture Capital, especializada em investimentos neste setor. A *Eleva* Educação inicia seus trabalhos em 2013 com objetivo em ser uma proposta inovadora com foco no aluno, disciplina e principalmente resultados. De modo a ser destaque em provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Apesar do seu destaque como um grupo relevante de educação, a Eleva não possui ações em bolsa de valores, se configura como uma empresa de capital de risco.

⁶ *Ticket* é a definição do valor cobrado por alunos nas mensalidades ou materiais didáticos vendidos pelas organizações educacionais. Em geral, usa-se um “*ticket* médio” referente ao ano.

⁷ Segundo relatório de resultados do 3T18 da Kroton.

Na atual composição de marcas a *Eleva* conta com duas unidades de escolas próprias no Rio de Janeiro, nomeadas com o nome do grupo. As marcas adquiridas são: Elite Rede de Ensino, Colegium Rede de Ensino, Alfa Rede de Ensino, Nota10 Curso e Colégio, Pensi Curso e Colégio e Os Batutinhas. Em seus serviços educacionais contam com o QG do ENEM, uma plataforma voltada a preparar alunos para a prova e a própria Plataforma de Ensino Eleva. Segundo o grupo, possuem parceria com 220 escolas nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O Grupo *Eleva*, se destaca pelas diversas entradas no ensino público através da oferta de bolsas de estudos em busca de garimpar os melhores alunos, por exemplo. Além disso, Lemann é figura carimbada no que diz respeito à elaboração de políticas educacionais advindas da sociedade civil organizada – empresariado, caso do Movimento Todos Pela Educação.

O **Grupo Positivo** é originário do estado do Paraná, na década de 1970, possui escolas próprias, sistemas privados de ensino, editora, gráfica e centro universitário. A marca Positivo, diferente das apresentadas até agora, ainda não trabalha com outras marcas de escolas, mas seus sistemas privados de ensino são implementados por diversas escolas. Possuindo o Sistema de Ensino Positivo, o grupo também tem uma linha exclusiva para o ensino público denominado Aprende Brasil.

Suas escolas se concentram nos estados do Paraná e Santa Catarina, sendo referência de curso pré-vestibular privado na região sul. Além disso, a Universidade Positivo é sediada em Curitiba com sete campi espalhados pelo estado.

Há mais de cinquenta anos, o **Sistema Educacional Brasileiro** atua no segmento da educação básica. Controlado pela *Família Zaher*, o grupo possui aproximadamente 45 mil alunos distribuídos em escolas próprias e marcas adquiridas. Entre as demais marcas estão: Concept, Esfera Escola Internacional, Colégio Unimaster, Colégio Geo, COC Floripa, De A a Z, Colégio Visão, Pueri Domus e CECAN (estas duas últimas sendo escolas bilíngue), além do centro universitário Unidombosco, um centro de excelência em Direito e cursos on-line denominados EPD.

Distribuída em oito estados brasileiros, o SEB ainda mantém um Centro de Formação Integral da Criança – CEFIC, no Estado de São Paulo, no qual o objetivo é atender crianças carentes na primeira infância. Com objetivo de atender outro público, o SEB também possui a Maple Bear (SALOMÃO, 2018), escola bilíngue canadense considerada de elite. Inaugurada no Brasil em 2006, hoje ela possui 88 unidades, com

mais de 13 mil alunos. Em 2017, o SEB comprou 95% da operação brasileira com direito em contrato a explorar a marca por cem anos no Brasil e na América Latina.

A Tabela 8 expõe algumas das aquisições realizadas no período de 2018 e 2019. Foram realizadas mais aquisições, porém as companhias não divulgam os valores oficiais de todas as transações, dificultando a estimativa real do movimento de capital realizado por esse nicho. As aquisições mais volumosas ficaram por conta da aquisição da Somos Educação na sua integralidade (marcas, escolas, soluções educacionais, editoras) pela Kroton, de extrema importância, pois foi o ponto inicial que colocou a educação básica em relevo e, mais recentemente, a aquisição das soluções educacionais do Grupo Positivo pela Arco Educação, aqui não foi incluso as escolas e marcas do grupo.

Tabela 8 – Estimativa de valores envolvendo aquisições no segmento da educação básica, 2019

Ano	Grupo	Aquisição	Valor
2018	Bahema	Escola Parque (RJ)	R\$ 34,4 milhões
	SEB	A a Z (RJ)	R\$ 72 milhões*
	SEB	Colégio Visão (GO)	R\$ 30 milhões*
	Kroton	Somos Educação	R\$ 4,5 bilhões
	Somos Educação	Escola Santi (SP)	R\$ 35 milhões*
	Somos Educação	Colégio do Salvador (SE)	R\$ 35 milhões*
2019	Arco Educação	Soluções Educacionais Positivo	R\$ 1,6 bilhão
	Bahema	Colégio Apoio (PE)	R\$ 15,7 milhões
Total*			6,3 bilhões*

Elaboração própria.

Fonte: FLOR (2019); FOLHAPRESS (2018); KOIKE (2018a, 2018b); REUTERS (2018); SATRIANO (2018).

*Valores estimados, pois não foram oficialmente divulgados pelas companhias.

O que podemos chamar de principais aquisições nessa ofensiva das companhias para o segmento básico foram realizadas em 2018 enfraquecendo no decorrer de 2019, mas ainda assim algumas companhias se posicionaram de forma a voltar às aquisições em 2020, como é o caso da Kroton que está focada em otimizar as suas escolas e aquisições já realizadas (KOIKE, 2019).

Podemos ainda, relacionar esta desaceleração das aquisições em 2019 com alguns posicionamentos não firmes advindos do governo brasileiro que incide diretamente nas relações do comércio de capitais. Uma vez que, o governo tem atacado diretamente o ensino público e algumas de suas políticas que interferem na iniciativa privada, como é o caso do PNLD, mas também demonstra uma instabilidade de gestão se tornando um governo não confiável quando, por exemplo, decidiu instaurar a Lava

Jato da Educação – ideia logo abandonada, mas que fez despencar as ações de algumas companhias na época.

O Fies foi o grande mediador entre o Estado e setor mercantil de educação, chegando a movimentar R\$ 16,5 bilhões em 2015. O crescimento, em números de matrículas e lucro, destas corporações esteve diretamente ligado a esse processo de absorção do fundo público, atravessando a queda dos recursos para às universidades públicas.

A crise do Fies em 2017 estabeleceu novas regras entrando em vigor no ano seguinte. A Kroton, empresa que mais recebeu repasses do programa, estima que em 2020 menos de 2,4% da base total de alunos (presencial e ead) seja do Fies. Por consequência vem estabelecendo estratégias voltadas ao setor básico e o aprofundamento da educação à distância. O anúncio de futuras políticas de voucher para a educação parece repetir um caminho vivenciado no ensino superior.

Estávamos acostumados com a presença, bastante incisiva, da rede privada de ensino principalmente voltada para cursos preparatórios de vestibulares. O período aqui em destaque nos revela uma reorganização estratégica desse setor que ao longo dos últimos anos vem buscando a profissionalização do setor em nível básico. Aos poucos os investimentos foram fortalecidos já na educação infantil se estendendo ao longo da educação básica.

Grupos como o Positivo que não estava presente no ensino fundamental, amplia sua oferta bem como a Eleva, sob o discurso da formação humana desde seus primeiros passos. A Kroton parece fazer um caminho inverso, esgotada sua ampliação no ensino superior, retorna à educação básica, mas de maneira massiva abancando do infantil ao terceiro ano.

Estes grupos, principalmente os que já possuem experiência com o mercado financeiro internacional, imprimem abruptamente uma cultura empresarial capaz de profissionalizar a mercadoria educação a um nível jamais pensado.

CAPÍTULO 3 – Uma educação mercadorizada

Os últimos dias de 2019 foram marcados por diversos protestos ocorridos na América Latina. O nível de mercadorização da educação chilena se tornou um dos principais conflitos sociais do país. Uma juventude endividada com juros dos empréstimos estudantis estabelecidos pelo Estado não deixa de ser um espelho do movimento de financeirização em curso no Brasil (AFP, 2019).

O mapeamento ao qual esta pesquisa se propôs a construir e investigar, não resume, mas encara a educação no seu modo mais mercadorizado, num mercado que perpassa o pagamento de mensalidades por famílias que procuram investir no futuro de seus filhos. Muito distante de identificar o porquê cada família escolhe uma escola privada – dentre os diversos tipos encontrados no cardápio de instituições, partimos do olhar da fragmentação da educação ora como direito ora como serviço e, buscamos ir além no processo atual que envolve a educação em todos os seus níveis.

A educação é reconhecida como um direito da cidadania que não pode se realizar no setor privado, pois este não é passível de assegurar o princípio da universalidade. O setor privado é uma opção motivada por classe, religião, raça, ideologias. Mas pode ser, também, uma alternativa decorrente da ausência de oferta pública e gratuita, vide casos de trabalhadores que necessitam deixar seus filhos em algum estabelecimento – regularizados ou não – como creches domiciliares, por exemplo. A naturalização do ensino privado denota um processo de alienação em que o direito social é convertido em serviço, atualmente em sua forma financeirizada, inserindo também a educação básica na perversa lógica do capital que opera no mundo das finanças.

No caso brasileiro essa lógica privada-mercantil encontra nichos importantes de mercado em virtude da ausência de um Sistema Nacional de Educação capaz de possibilitar o acesso universal a toda a educação básica, balizado em um padrão unitário de qualidade. A inexistência de um efetivo sistema nacional de educação se expressa, também, na forte heterogeneidade e desigualdade das condições de oferta da educação entre os estados e municípios. Esta desigualdade abre margem para que outras esferas possam suprir o não alcance do setor público à demanda posta. O setor privado cresce em virtude da abertura de oportunidades de mercado advindas da precarização do setor público e da necessidade humana de acesso à formação escolar.

A não valorização da escola pública como direito social e o rebaixamento do investimento, que se arrasta pelos últimos governos e, no atual, a perseguição às universidades e à produção de ciência, acarreta e alimenta dúvidas sobre a capacidade dos profissionais que a constroem.

Esta pesquisa explana principalmente o caminho que as corporações estão dispostas a percorrer nesse mercado. Observa-se que tem-se gradativamente uma diminuição nas aquisições de marcas no ensino superior, justamente por conta do mercado se apresentar em uma fase avançada de consolidação, e agora elas estão em constantes intensificações do trabalho, principalmente do trabalho docente na modalidade de ensino à distância⁸. As pequenas empresas já foram devoradas pelas gigantes, a tendência é a complexificação na extração do mais-valor já acumulado como na intensificação do trabalho docente.

A educação em sua forma financeirizada se apresenta com maior complexidade, pois envolve mecanismos de mercado diferentes do que estamos acostumados. Quando mencionamos a lógica empresarial que a educação foi inserida, nos referimos à entrada de grandes conglomerados que, na última década tiveram seu crescimento pela via da oferta de educação superior, mas em 2018 optaram pelo segmento da educação básica como forma de expandir seus nichos de mercado. Foi nesta “migração” que tomamos nota e optamos por observá-los.

Muitos estudos investigaram a trajetória destes conglomerados no ensino superior e alguns desdobramentos derivados desse movimento consolidado a partir de programas de governo e, hoje podemos constatar um esgotamento, pelo menos destes programas, que foram essenciais para o enriquecimento destas empresas. A novidade que se coloca quando observamos o segmento da educação básica parte do princípio, principal diferença do ensino superior, que esta etapa é respaldada constitucionalmente como direito e obrigatória a partir dos quatro até os dezessete anos de idade.

Segundo o relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE 2018, a taxa bruta de matrícula (TBM) que relaciona a quantidade de matriculados no ensino superior com o total da população com idade entre 18 e 24 anos é de 34,6%, destes 25,7% pertence às IES privadas. Todas as taxas brutas (públicas e privadas) caíram, mas ainda sob domínio das privadas.

⁸ Ver “O trabalho docente em grupos empresariais de ensino superior e o mercado de ações na bolsa de valores: Um estudo a partir dos conflitos” (GOMES; LEHER; COSTA, 2020).

O acesso ao ensino superior foi forjado no discurso em defesa de sua expansão e da realização desse acesso como direito de todos. Contudo, o investimento de verba pública proporcionou a formação dos oligopólios existentes hoje no ensino privado. E, após brutal movimento de aquisições, fusões de pequenas instituições pelas “gigantes”, o segmento da educação básica se mostrou com grande potencial, sem perder de vista a consecutiva precarização e desvalorização que coloca a educação pública em cheque.

A escola privada não é um fenômeno recente no Brasil, mas o formato das novas empresas que estão investindo agressivamente nesse setor deriva do movimento do ensino superior e trás para a educação básica todo mecanismo profissional necessário para o bom funcionamento de conglomerados que envolvem fundos de investimento e, por isso, difunde em grande escala, a lógica do mercado financeiro inexistente significativamente até início do ano de 2018.

Deste pontapé lançado pela Kroton com a compra da maior empresa de educação básica do país – a Somos Educação, foram negociadas nove aquisições na educação básica, uma delas sendo renovação de contrato com expansão e apenas estas transações envolveram o montante de 7 bilhões de reais – transações inconcebíveis até então no âmbito da educação infantil ao ensino médio.

Para Marx (2014 [1890]), a categoria *mercadoria* se apresenta de modo fetichizado como valor de uso (sendo, essencialmente, valor de troca) e determina as relações capitalistas. Transpor esta categoria para o campo da educação requer abstrair os termos constitucionais de educação como direito e ressignificar tal direito como um bem transacionável no mercado, na forma de um serviço. A educação, nesse prisma, é mais um direito expropriado da classe trabalhadora, conformando uma expropriação secundária, conforme Fontes (2010).

Realocar a educação básica no âmbito do mercado por meio da financeirização da educação exige que o capital, por meio do Estado, abra novas fronteiras para as expropriações. A educação é uma dessas fronteiras com uma vantagem adicional: a expropriação do direito é realizada em nome da democratização da educação, “justificando” a investida das corporações sobre a verba pública.

Nesse cenário, ocorre um looping expropriatório visto que, capitais superacumulados vão à caça de nichos de valorização, nesse caso, transformando serviços públicos em mercadoria, sabendo que a classe trabalhadora será obrigada a pagar novamente por estes serviços (BEHRING, 2018, p. 191). E, uma mercadoria – educação – que cumpre papel (também) de formadora da força de trabalho.

Sob a égide do modelo de acumulação vigente, o fundo público cumpre função de destaque na engrenagem do *looping* expropriatório. Após segunda guerra mundial, na sua expressão madura, o capitalismo toma nova forma e com isso o lugar do fundo público também é reordenado, resultando num novo padrão de financiamento público. (BEHRING, 2018, p. 194). Tem-se aqui, o fundo público como ferramenta estruturante.

Esse *looping* expropriatório se realiza primeiramente na expropriação da mais-valia realizada no âmbito do trabalho e, posteriormente, há uma nova retenção de parte dos salários dos trabalhadores através dos tributos, uma parte do salário da classe trabalhadora na forma de tributação, o fundo público. O fundo público é mais-valia, mas também é trabalho necessário e estas duas condições não se confundem. O mesmo que reproduz a força de trabalho, através da educação pública, por exemplo. A natureza contraditória das políticas sociais – a função social da escola – submetidas ao movimento de tensão que rege o funcionamento do capitalismo.

Segmento K12: k to twelve

A expressão acima, *k to twelve*, deriva da organização da educação primária e secundária nos EUA, correspondendo, no Brasil, à educação básica (doze anos) (WIKIPEDIA, 2020). Há aqui uma imersão da educação em um conjunto de expressões que formam o que podemos chamar de vocabulário mercadológico empresarial, outros termos utilizados no nicho da K12 são o B2B (*business to business*) e o B2C (*business to consumer*).

Ao analisar a presença destas empresas na educação básica fica evidente que as mesmas estão referenciadas em práticas (e em proposições ideológicas) de gestão empresarial que colocam as escolas – e toda sua comunidade – subordinadas à lógica empresarial profissionalizada: gestão operacional que pretende se justificar como a melhor alternativa para assegurar o êxito dos estudantes nas avaliações em larga escala e no acesso ao ensino superior público.

A estratégia empresarial das corporações requer a existência de formas de legitimação como a suposta supremacia das empresas nas avaliações de larga escala. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, sigla em inglês) é utilizado como argumento para o necessário investimento em uma educação comprometida com resultados satisfatórios capazes de elevar a posição do Brasil no *ranking* mundial. A mensagem das corporações é que com gestão empresarial seria possível alcançar

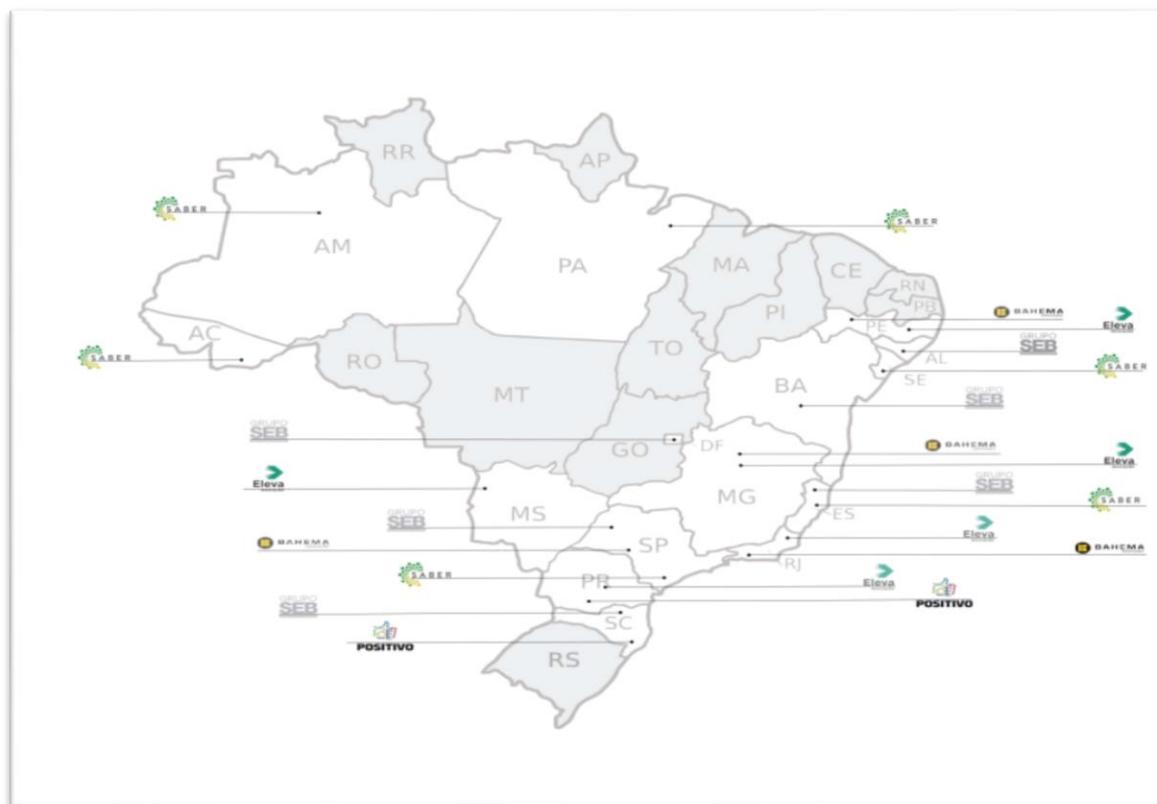
melhores resultados – argumento que pressupõe que o serviço público não é uma alternativa realista. Melhorar a educação nacional, através da gestão privada empresarial é, portanto, uma das estratégias do arcabouço argumentativo. E, todos os grupos investigados nesta pesquisa apoiam e estão adequados a Base Nacional Comum Curricular, base esta que foi ressignificada como um rol de competências que servem de insumo para os materiais pedagógicos por elas comercializados.

Ainda não foi possível determinar o alcance territorial destes grupos no país, o que torna necessário a continuidade desta investigação. Estes grupos trabalham com *escolas próprias* e, também, em consórcio com outras escolas privadas e, o que é altamente relevante, com *marcas* e com *programas voltados especificamente para o ensino público*. Merecem destaque a comercialização de sistemas de ensino para o setor público e de materiais didáticos. Em virtude desse imenso leque de possibilidades de inserção do setor privado – escolas, consórcios, sistemas de ensino, materiais didáticos etc.- torno muito difícil identificar de modo preciso o mapa de negócios das corporações na educação privada e, ainda mais, na educação pública. É necessário agregar o fato de que em grande parte a compra de apostilas e “sistemas de ensino” elaborados por essas organizações é realizada pelas redes estaduais e municipais de ensino por meio de organizações sociais, fundações, OSCIP etc., o que complexifica a busca das informações. Em virtude da relevância da questão caberia ao MEC e ao CNE normatizarem tais contratos, contudo, nessa frente, prevalece a lógica das corporações, dificultando a busca de como estes materiais foram adquiridos, pois podem ter sido escolhidos pelo prefeito, pelo secretário de educação ou por diversas outras formas que caberia uma investigação mais minuciosa.

As *escolas próprias* e *marcas* estão presentes em pelo menos quatorze estados brasileiros, desde escolas voltadas às classes consideradas mais baixas (ditas C, D e E) até as escolas chamadas Super Premium que possuem altas mensalidades, como é o caso da Eleva no município do Rio de Janeiro (SANDIN, 2018).

O mapa a seguir expõe a presença das escolas próprias e marcas adquiridas pelos grupos pesquisados em pelo menos 14 Estados e o Distrito Federal. O grupo Saber é o único presente no norte do país, concentrando escolas tradicionais e de referência nestas regiões.

Mapa 1 – Presença territorial dos cinco grupos investigados (Bahema, Eleva, Positivo, Saber, SEB), 2020



Elaboração própria.
 Fonte: sites oficiais dos grupos.

Na Tabela 9 expusemos exemplos de médias de mensalidades cobradas nas escolas dos grupos investigados:

Tabela 9 – Mensalidades, 2019

Grupo	Escola	Mensalidade
BAHEMA	Escola Mais (SP)	R\$ 730,00*
	Escola Eleva (RJ)	R\$ 4.309,00
ELEVA	Pensi (RJ)	R\$ 900,00**
	Colegium (MG)	R\$ 1.200,00**
POSITIVO	Colégio Positivo Internacional (PR)	R\$ 3.500,00
SABER	Escola Santi (SP)	R\$ 2.500,00
SEB	Escola Concept (SP)	R\$ 4.645,00
	Luminova (SP)	R\$ 595,00*

Fonte: KOIKE (2018), SANDIN (2018), FORBES (2018).

Elaboração própria.

* a partir de.

** + taxas.

Informações sobre mensalidades de escolas de elite em geral não são facilmente encontradas. Entretanto, como o nicho de mercado para os consumidores com alto poder

aquisitivo vem sendo ocupado por empresas que estão no circuito dos grandes negócios, nos últimos anos o tema tem sido objeto de matérias jornalísticas voltadas para o mundo dos negócios, a exemplo do Valor e Forbes.

A partir das mensalidades é possível percebermos duas estratégias adotadas por estes grupos. A primeira estratégia é o investimento em escolas *super premium* que além de possuírem altas mensalidades, são marcadas pela alta tecnologia investida tanto em seus materiais didáticos quanto em seus projetos arquitetônicos. Estas escolas comercializam uma educação apresentada como voltada para o futuro, abrangendo, também, conteúdos voltados às competências socioemocionais. Todos os grupos aqui analisados investem na estratégia de escolas *premium*, porém a Bahema e o SEB apostam também em escolas com preços acessíveis voltadas para as chamadas classes C, D e E. Estas escolas valorizam a modernização do ensino com prática bilíngue e foco nos resultados de avaliações em larga escala.

Estas empresas difundem a ideia da insuficiência das escolas públicas no atendimento à demanda da população. A precarização do ensino público endossa estes argumentos, fortalecendo, no senso comum, e em governos comprometidos com os interesses do mercado educacional, a crença de que a escola privada pode ser uma alternativa para o acesso a uma educação de qualidade.

O grupo Saber Educacional possui ainda segmentos voltados para públicos específicos: a Rede de Educação e Trabalho (RCE) e a Rede Cristã de Educação, ambas ancoradas na narrativa da liberdade de escolha ideológica da educação pelas famílias; a Rede Cristã, por sua vez, focaliza a clientela de cariz evangélico, especialmente as de vertentes pentecostais e neopentecostal que têm se posicionado sobre os assuntos educacionais, principalmente após iniciado o mandato da presidência atual (Bolsonaro 2019 - atual).

No que tange às estratégias de mercado para que estes grupos se apropriem do Estado como um comprador de suas mercadorias, alguns grupos apresentam uma gama de serviços exclusivamente para este fim. A Saber, através de suas editoras Saraiva, Scipione e Ática vêm sendo contempladas pelo PNLD nos últimos anos e, segundo release de resultados do terceiro trimestre de 2019 – comum às empresas de capital aberto que pode ser encontrado no site do grupo, a venda de livros para 2020 arrebatou o montante de R\$ 408,0 milhões de reais. O PNLD é o carro chefe da Saber na apropriação de fundo público.

O Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (NAME) pertence ao grupo SEB e, segundo o site, está presente em pelo menos 140 municípios brasileiros. No caso do grupo Positivo, quem cumpre o papel de prestadora de serviços ao ensino público é a Aprende Brasil vinculada ao Instituto Positivo com o propósito de incentivar regimes de colaboração por meio de arranjos de desenvolvimento da educação (ADEs)⁹.

No setor público estes grupos adentram por diversas estratégias que dispõem de verba pública para suprir uma demanda educacional. O Estado permanece enquanto provedor de uma educação universal, mas não necessariamente é ele quem gere as escolas, a exemplo das redes e grupos escolares públicos gerenciados por organizações sociais (escolas *charters*)¹⁰.

O Sistema Educacional Brasileiro S.A. tem a frente o empresário Chaim Zaher e em 2017 recomprou a rede de escolas bilíngue Pueri Domus que havia vendido à Pearson em 2010. A família Zaher tem participação nas ações da Estácio de Sá, porém com o foco prioritário nos negócios da educação básica.

A lendária participação da família Affonso Ferreira no Unibanco surpreende na construção de uma empresa voltada exclusivamente para a educação básica – a Bahema – com dois focos bastante distintos dos demais grupos: um guarda-chuva de escolas montessorianas e um guarda-chuva de escolas construtivistas. Além do incisivo investimento nas escolas acessíveis previsto para expansão em 2020. Para o gerenciamento destas escolas a Bahema criou o grupo *Critique*.

A Kroton também utiliza desta estratégia organizando seus nichos de mercado através da fragmentação dos serviços. A Saber é responsável pela organização das escolas próprias e as marcas, já a Vasta é quem organiza a Plataforma Integrada de Serviços K12. Segundo o Valor Econômico, a Vasta deve abrir capital na Nasdaq em 2020 (EUA).

⁹ O ADE é uma forma de colaboração territorial basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico. Ver “Em curso um sistema nacional de educação nos moldes dos arranjos de desenvolvimento da educação” (MOTTA; ARGOLLO, 2016).

¹⁰ Ver “O PROJETO PROCENTRO E AS ESCOLAS CHARTER: investigação de um modelo educacional defendido pela Fundação Itaú Social” (SARDINHA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapear o movimento do crescimento da rede privada de ensino e todas as esferas que esta alcança é mais complexo do que se mostra. Os grupos aqui mencionados possuem relativa transparência possibilitando investigar a presença real desse movimento do capital. Isso devido ao fato de que as empresas com capital aberto são obrigadas a publicar relatórios para serem apresentados aos seus investidores (como norma da Comissão de Valores Mobiliários), o que de certo modo, facilita nas buscas. Entretanto, a caracterização de cada um desses grupos exige o cotejamento de diversas fontes, desde números advindos das próprias corporações, censos, matérias jornalísticas especializadas, entre outras.

A combinação dos microdados do Censo Escolar com as informações nos endereços eletrônicos dos grupos nos dão uma base da situação do mercado. Mas, mesmo com uma ferramenta importante como o Censo, ainda não é possível distinguir quais matrículas são de cada grupo, por exemplo. As vendas do produto “soluções educacionais” (os ditos sistemas de ensino) são expostas pelos grupos, mas materialmente não conseguimos ter certeza quantos estudantes são atingidos tanto na esfera privada quanto na pública, a segunda com maior dificuldade.

Esta dissertação foi impulsionada, principalmente, pelo movimento da Kroton. O mapeamento foi iniciado junto a este recente movimento de aquisições no setor básico. Em 2019 as aquisições não ganharam tanta voz como em 2018 e os anúncios do governo dificultavam prever o comportamento do objeto em análise.

Na primeira semana de outubro (2019) pelo menos sete sites noticiaram as mudanças ocorridas na Kroton Educacional, dentre eles: Exame (EXAME, 2019), Época Negócios (MOURA, 2019), InfoMoney (TOLEDO, 2019), Estadão (FUCUCHIMA, 2019), Money Times (KAHIL, 2019), Seu Dinheiro (ABREU, 2019) e Finance News (NEWS, 2019). O grupo adotou um novo formato e agora se chamará Cogna Educação. Na prática, a Cogna será uma *holding* que vai administrar os novos “braços” da ex-Kroton, segundo Galindo "só com essa mudança de foco, estamos triplicando nosso mercado potencial" (MOURA, 2019).

É importante prestarmos atenção nesta reorganização de uma das maiores empresas educacionais mercantilizadas do país. Esta cara nova fragmenta a empresa em quatro pilares cada um voltado para uma especificidade de mercado, ampliando a sua

capacidade de alcance. Observar e acompanhar estas mudanças, que parecem estranhas de início, nos faz questionar para onde o “mercado” caminha.

Volta e meia o tema de *vouchers* escolares – cheques escolares – surge nos debates que rondam a educação brasileira. No último encontro de Davos (2020), o ministro Paulo Guedes defendeu explicitamente os *vouchers* (LEHER, 2020). Com a velha e conhecida desculpa da insuficiência da escola pública e progressiva e intensificada precarização das redes de ensino público, esse sistema oferece um pseudo poder de escolha para famílias que estão insatisfeitas com o ensino público, podendo optar pelo ensino privado. Existente em países como EUA e Chile – incomparáveis, visto suas condições no sistema capitalista – esta estratégia têm se mostrado bastante interessante para o capital, principalmente quando o segmento da educação básica também tem se mostrado interessante como novo nicho de mercado a ser explorado por grandes empresas especialistas em educação. Novamente, o sistema *voucher* induz o repasse de fundo público para a manutenção de escolas privadas seja por trabalhadores que terão apenas o valor oferecido pelo Estado para investir na formação de seus filhos, quanto para aquelas famílias com poder aquisitivo “melhor” que poderão usar o *voucher* como uma parte da mensalidade, podendo optar por escolas consideradas maiores.

Também a possibilidade de implementação das escolas *charter* é vista com expectativa pelas corporações. São escolas públicas geridas por empresas privadas. Aqui há uma desejabilidade incisiva sobre a gestão das escolhas públicas, novamente, colocando verba pública nas mãos de grandes empresários que irão decidir como estas escolas serão geridas, atravessando todas as questões que envolvem a gestão escolar desde a contratação de professores até seu plano pedagógico, este, em muitas redes, construído junto de seus professores.

O rumo que temos vislumbrado para a educação básica não é dos mais positivos. A incisiva migração destes grupos empresariais, principalmente de capital aberto, pode transformar ainda mais a oferta de educação, afastando o país dos ideais de uma educação pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, uma educação que contemple muito além do mercado de trabalho e com foco verdadeiramente na formação humana. A educação privada, em qualquer nível e em qualquer modelo, pressupõe uma empresa e uma clientela. Vender educação, com as melhores intenções possíveis, ainda é transformar o direito ao acesso escolar em serviço restrito a quem pode pagar por ele.

Ainda, em 2020 termina o prazo de validade do Fundeb, com isto, no congresso nacional já têm aparecido o debate em torno do Novo Fundeb que será um palco de

disputa entre quem defende os interesses de uma educação pública financiada com verba pública e, o interesse dos empresários que caçam brechas nas políticas educacionais com o objetivo de transferência de fundo público para suas empresas/escolas.

É necessário darmos continuidade no monitoramento do setor privado. Há algumas tendências relacionadas à distribuição de matrículas e dos estabelecimentos de ensino que merecem aprofundamento.

A quantidade de escolas públicas vem diminuindo ano a ano, bem como a quantidade de matrículas. O setor privado ganha força, não somente no oferecimento de matrículas, mas na gama de serviços que compõe o ‘portfolio’ de negócios das corporações. A reestruturação das redes públicas com fechamento de escolas e turmas, a reorientação dos jovens para a EJA também são fatores que influenciam na evasão e, conseqüentemente, acarretam diminuição das matrículas e escolas. As corporações segmentam seus serviços e buscam ocupar vazios passíveis de serem convertidos em oportunidades de negócios.

É avassaladora a maneira como o setor privado tem se apropriado da educação como mercadoria estrito senso. Além da mercadorização direta do ensino (escolas, materiais pedagógicos, sistemas de ensino etc.), as corporações alcançam a rede pública por meio de seus APH, alterando, em benefício da burguesia, as políticas educacionais. Por meio dessas iniciativas o capital se apropria do fundo público e difunde seu ideário político e ideológico por meio da formação de gestores que, futuramente, irão operar estas políticas, tema este mencionado na pesquisa, mas não desenvolvido.

A nós cabe a incansável tarefa de investigação e denúncia da destruição do ensino público e a defesa de uma formação humana emancipatória, laica, socialmente referenciada e desacorrentada de valores neoliberais que imprimem na educação uma função rasa, tecnicista, que visa formar sujeitos preparados emocionalmente a se adequar ao mundo do trabalho hiperprecarizado do século XXI.

4 REFERÊNCIAS

ABREU, Kaype. **Kroton anuncia nova estrutura e passa a se chamar Cogna**. 2019. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/kroton-novo-nome-cogna-acoes/>. Acesso em: 21/10/2019.

ADRIÃO, Theresa. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p.113-131, jan-mar. 2016.

AFP. **A educação no Chile é cara, elitista e angustiante**. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/11/04/a-educacao-no-chile-e-cara-elitista-e-angustiante.htm> Acesso em: 13/12/2019.

ALMEIDA, Camila; TOLEDO, Giuliana de. **Alvos de críticas e cortes, universidades lutam para mostrar sua importância**. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/08/alvo-de-criticas-e-cortes-universidades-lutam-para-mostrar-sua-importancia.html>. Acesso em: 01/10/2019.

ANDES. **Governo nomeia interventores na UFGD, UFMT e Unirio**. 2019. Disponível em: <https://andesufrgs.wordpress.com/2019/06/19/governo-desrespeita-comunidade-academica-e-comeca-a-nomear-interventores/>. Acesso em: 01/12/2019.

BASTOS; Pedro P. Z. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BEHRING, Elaine. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação e direito no capitalismo**. Rio de Janeiro: Cortez, 2018. Cap. 6. p. 187-210.

BITTAR, Mariluce; RUAS, Claudia. **Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil**. EccoS – Rev. Cient, São Paulo, n. 29, p. 115-133, set./dez. 2012.

BRANDÃO, Raquel. **Bahema confirma compra de 60% de escola em São Paulo por R\$ 18,9 milhões.** Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/10/01/bahema-confirma-compra-de-60percent-de-escola-em-sao-paulo-por-r-189-milhoes.ghtml>. Acesso em: 27/11/2019.

CHAVES, Vera. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 481-500, 2010.

COLEMARX. **A educação no governo Bolsonaro em seis atos:** ajustes na agenda educacional sob nova direção do Estado. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/08/22/a-educacao-no-governo-bolsonaro-em-seis-atos-ajustes-na-agenda-educacional-sob-nova-direcao-do-estado/>. Acesso em: 25/11/2019.

COSTA, Hellen. **Política de formação docente no Governo Lula (2002-2010): o fenômeno da financeirização na Educação Superior.** 2017. Relatório final – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017a.

COSTA, Hellen. **Financeirização e o negócio da formação docente.** 2017. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017b.

CUNHA, Joana. **Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica.** 2018. Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/conglomerados-ensino-superior-avan%C3%A7am-sobre-091500765.html>. Acesso em: 21/10/2018.

CVM. **Instrução CVM n. 391, de 16 de julho de 2003.** Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações, 2003. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst391.html>. Acesso: 12/12/2018.

DONATO, Mauro. **“A Escola da Vila está preferindo abafar o caso da venda para um grupo ligado ao MBL”, diz professora.** 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-escola-da-vila-esta-preferindo-abafar-o-caso-da-venda-para-um-grupo-ligado-ao-mbl-diz-professora-por-donato/>. Acesso em: 25/10/2018.

ECONOMIA, Uol. **Você falha ao educar filhos? Pais brasileiros gastam menos tempo e dinheiro com educação dos filhos, diz chefe da Saber Educacional.** 2018. Disponível em: <https://www.uol/economia/especiais/entrevista-uol-lideres-mario-ghio-junior-saber-educacional.htm#voce-falha-ao-educar-filhos?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 28/08/2018.

ESTADÃO. **Portal eletrônico.** 2019. Disponível em: estadao.com.br. Acesso: 25/11/2018a.

EXAME. **Portal eletrônico.** 2019. Disponível em: exame.abril.com.br. Acesso em: 25/11/2018b.

EXAME. **Líder em educação privada no Brasil, Kroton foi dividida em quatro novas empresas e ampliará oferta de serviços B2B para escolas e universidades.** 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/kroton-passa-a-se-chamar-cogna-e-divide-grupo-em-quatro-marcas/>. Acesso: 21/10/2019a.

EXAME. **Ministro da educação diz que ensino superior particular será fortalecido.** 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-ensino-superior-particular-sera-fortalecido/>. Acesso em: 29/11/2019b.

FLOR, Ana; VIRI, Nathalia. **Arco triplica base com compra da Positivo.** 2019. Disponível em: <https://braziljournal.com/arco-triplica-base-com-compra-da-positivo>. Acesso em: 29/11/2019.

FOLHAPRESS, Agência. **Depois do Colégio Leonardo da Vinci, grupo fecha a compra de editoras por R\$ 4,6 bilhões.** 2018. Disponível em:

<https://tribunaonline.com.br/depois-do-colegio-leonardo-da-vinci-grupo-fecha-a-compra-de-editoras-por-r-4-6-bilhoes>. Acesso em: 29/11/2019.

FORUM. **Criada por filha de Paulo Freire, Escola da Vila é vendida a simpatizante do MBL**. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/criada-por-filha-de-paulo-freire-escola-da-vila-e-vendida-a-simpatizante-do-mbl/>. Acesso em: 23/10/2019a.

FORUM. **Empresa que comprou Escola da Vila responde à Fórum**. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/empresa-que-comprou-escola-da-vila-responde-a-forum/>. Acesso em: 23/10/2019b.

FUCUCHIMA, Letícia. **Kroton muda estrutura e passa se chamar Cogna**. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,kroton-muda-estrutura-e-passa-a-se-chamar-cogna,70003041429>. Acesso: 21/10/2019.

GOMES, Thayse; LEHER, Roberto; COSTA, Hellen. **O trabalho docente em grupos empresariais de ensino superior e o mercado de ações na bolsa de valores: Um estudo a partir dos conflitos**. ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES, v. 28, p. 8, 2020.

GRANEMANN, Sara. **Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho**. **Revista em Pauta**. Número 20 – p. 57-68, 2007.

GUTIERREZ, Marcelle. **Kroton sai de prejuízo para lucro de R\$ 451 milhões no 3º trimestre**. 2017. Acesso em: 16/01/2019.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 05/02/2019

INEP. **Censo da Educação Superior de 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: inep.gov.br/microdados. Acesso: 12/12/2018.

KAHIL, Gustavo. **Cogna, ex-Kroton, prepara IPO da unidade de educação básica.** 2019. Disponível em: <https://moneytimes.com.br/fast/cogna-ex-kroton-prepara-ipo-da-unidade-de-educacao-basica/>. Acesso: 21/10/2019.

KOIKE, Beth; VALENTI, Graziella; VALOR. **Kroton fecha compra da Somos Educação por R\$ 4,57 bilhões.** 2018. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=ppge+ufrj>. Acesso: 24/04/2018.

KOIKE, Beth. **Grupo SEB fecha compra do Colégio Visão, de Goiânia.** 2018a. Disponível em: <http://airesvigo.com.br/grupo-seb-fecha-compra-do-colegio-visao-de-goiania/>. Acesso em: 29/11/2019.

KOIKE, Beth. **Somos Educação compra Colégio do Salvador, em Aracaju.** 2018b. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/08/02/somos-educacao-compra-colegio-do-salvador-em-aracaju.ghtml>. Acesso em: 29/11/2019.

KOIKE, Beth. **Kroton pode retomar a compra de escolas em 2020.** 2019. Disponível em: <https://fusoesaquisicoes.blogspot.com/2019/08/kroton-pode-retomar-compra-de-escolas.html>. Acesso em: 29/11/2019.

LEHER, Roberto. Estrategias de mercantilización de la educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: el caso de Brasil in Pablo Gentili et all **Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina.** Buenos Aires: Homo Sapiens Ediciones, 2009.

LEHER, Roberto. **Educação superior, fundos de investimentos e monopolização do setor privado.** Relatório de pesquisa CNPq, 2018.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade:** o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. **'Vouchers' educacionais:** encontro de fundamentalismos na ofensiva contra a escola pública Carta Maior, 2020. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/-Vouchers-educacionais-encontro-de-fundamentalismos-na-ofensiva-contra-a-escola-publica/54/46349>. Acesso em: 05/03/2020.

LUCIO, Flávio. **Operação da PF levou reitor da UFSC ao suicídio: Cancelier era inocente.** 2019. Disponível em: <http://www.leiaflaviolucio.com.br/2019/03/18/operacao-da-pf-levou-reitor-da-ufsc-ao-suicidio-cancelier-era-inocente/>. Acesso em: 01/12/2019.

MOTTA, Vania; ARGOLLO, Juliana. Em curso um sistema nacional de educação nos moldes dos arranjos de desenvolvimento da educação. Revista Contemporânea de Educação, v. 11, p. 35-53, 2016.

MOURA, Marcelo. **Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro.** 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>. Acesso: 21/10/2019.

NEWS, Finance. **Kroton cria holding Cogna Educação. Código na Bolsa vai mudar.** 2019. Disponível em: <https://financenews.com.br/2019/10/kroton-cria-holding-cogna-educacao-codigo-na-bolsa-vai-mudar/>. Acesso: 21/10/2019.

PINHEIRO, Daniele. **Educação sob controle do capital financeiro: o caso do programa nacional do livro didático.** 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PINTO, José M. de R. **O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988.** Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 145, p.846-869, out.-dez., 2018.

REUTERS. Somos compra Escola Santi por cerca de R\$ 35 mi. 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/last/2018/06/somos-compra-escola-santi-por-cerca-de-r-35-mi/>. Acesso em: 29/11/2019.

SALOMÃO, Karin. **Como a Maple Bear explodiu depois de ser comprada pela SEB**. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/como-a-maple-bear-explodiu-depois-de-ser-comprada-pela-seb/> Acesso em: 07/11/2018.

SANTOS, Aline; GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Fusões institucionais na educação superior: intensificação e precarização do trabalho docente**. *Presença Pedagógica*, v. 19, p. 79-80, 2013.

SATRIANO, Nicolás. Grupo SEB compra colégio carioca de A a Z. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/grupo-seb-compra-colegio-carioca-de-a-a-z.ghtml>. Acesso em: 29/11/2019.

SAVIANI, Dermeval. Sistema de Educação: subsídios para a Conae. In: QUEIROZ & GOMES (org.) **Conferência Nacional de Educação (Conae), 2010: Reflexões sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 2009.

SEBIM, Charlini. **O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no espírito santo – UFES**. Anais da Reunião Nacional da ANPEd, 37. Florianópolis, 2015.

TOLEDO, Letícia. **Cogna: como gestores avaliam os planos da nova Kroton**. 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/cogna-como-gestores-avaliam-os-planos-da-nova-kroton/>. Acesso: 21/10/2019.

VALOR. **Portal eletrônico**. 2019. Disponível em: valor.com.br. Acesso em: 25/11/2018.

WIKIPEDIA. **K-12 (educação)**. 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/K%E2%80%9312_\(educa%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/K%E2%80%9312_(educa%C3%A7%C3%A3o)). Acesso em: 05 jan. 2020.